



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL  
PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA – PPGFSC  
**MESTRADO ACADÊMICO**

**JONATAS TOURINHO ROCHA**

**OS TEMPOS DO ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DA FINITUDE NAS  
RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS**

Salvador – BA

2026

**JONATAS TOURINHO ROCHA**

**OS TEMPOS DO ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DA FINITUDE NAS  
RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) da Universidade Católica do Salvador (UCSal), como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

**Área de concentração:** Família em Mudança

**Linha de Pesquisa:** Contextos Familiares e Subjetividade

**Orientador:** Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

R474 Rocha, Jonatas Tourinho

Os tempos do envelhecimento: a percepção da finitude nas relações familiares intergeracionais / Jonatas Tourinho Rocha . – Salvador, 2026.  
81 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Linha de Pesquisa: Contextos Familiares e Subjetividade.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier.

1. Envelhecimento 2. Finitude 3. Relações Intergeracionais 4. Família  
5. Intergeracionalidade I. Fornasier, Rafael Cerqueira – Orientador  
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.356.2-053.9

Autorizo a reprodução parcial ou total deste trabalho, por qualquer meio convencional eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

## TERMO DE APROVAÇÃO


JONATAS TOURINHO ROCHA

# OS TEMPOS DO ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DA FINITUDE NAS RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 24 de março de 2026.

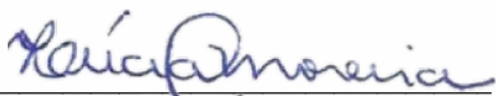
Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente  
RAFAEL CERQUEIRA FORNASIER  
Data: 01/04/2026 11:31:12-0300  
verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier** (Orientador - UCSAL)

 Documento assinado digitalmente  
SUMAIA MIDLEJ PIMENTEL SA  
Data: 01/04/2026 14:31:32-0300  
verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Profa. Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá** (Examinadora Interna - UCSAL)



**Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira** (Examinadora Externa – UCP)

*Dedico este trabalho à Almerinda Santos Rocha (In Memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço ao Mestre Jesus, fonte de luz, fé e inspiração. Sem Sua permissão e condução, nada disso seria possível. Nele encontro direção nos momentos de incerteza, força nas horas de cansaço e sentido em cada etapa da minha caminhada.

À Nossa Senhora da Conceição Aparecida, por quem nutro profunda devoção, admiração e gratidão, e à Santa Bárbara, símbolo de força, proteção e coragem diante das tempestades da vida. Sinto-me acolhido sob sua intercessão e confio a elas minhas súplicas, minhas angústias e minhas conquistas. Seu amor materno e sua proteção firme me sustentam e me conduzem ao Mestre.

À minha avó paterna, Dona Almerinda Santos Rocha, grande mulher que marcou minha vida com amor, ensinamentos e valores que permanecem vivos em mim. Sua ancestralidade me atravessa e me fortalece. Onde quer que esteja, sigo honrando o legado que me deixou.

À minha mãe, Márcia Rose Silva Tourinho, por seu amor incondicional e por suas orações silenciosas, que sempre estiveram comigo. Cada conquista minha carrega a força do seu cuidado e da fé que depositou em mim desde o início.

Ao meu pai, à minha tia, que me ama imensamente, e a todos os familiares maternos e paternos, que constituem o território afetivo onde aprendi o que é pertencimento, dignidade e amor.

Foi também a partir dessa família que encontrei o amor da minha vida, Isane Torres do Lago, minha amiga, namorada, noiva e esposa. Em você encontrei morada. Você é o sustento quando as forças parecem escassas, o abraço que reorganiza meus medos e a voz que me devolve ao propósito quando os caminhos se tornam difíceis. Permanece quando o cansaço chega, acredita quando eu duvido e me lembra de quem sou quando quase esqueço. Seu amor não é apenas companhia, é fundamento. Não é apenas apoio, é impulso. Em cada conquista há sua presença silenciosa, em cada passo há o eco da sua confiança em mim.

Aos meus sogros, pelo acolhimento, carinho, amor e apoio constantes. Sou profundamente grato por terem aberto as portas da família e do coração para mim, permitindo que eu também encontrasse neles um lugar de pertencimento, respeito e afeto verdadeiro.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier, por sua generosidade intelectual, rigor acadêmico e sensibilidade humana. Obrigado por me escolher, por me ensinar, por me corrigir e por confiar em mim ao longo desta trajetória.

À banca de qualificação e defesa, Prof.<sup>a</sup> Dra. Sumaia Midlej Pimentel Sá e Prof.<sup>a</sup> Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira, pela leitura atenta, pelas contribuições valiosas e pelo compromisso com a excelência acadêmica.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana Sá de Carvalho e ao Prof. Dr. Isael Sena, cuja confiança, incentivo e cuidado foram fundamentais para que eu não interrompesse minha trajetória acadêmica. Acreditaram em mim em momentos decisivos, quando dúvidas e desafios se impunham, e me ajudaram a compreender que permanecer também é um ato de coragem. Carrego comigo profunda gratidão por terem sido presença firme e encorajadora no meu percurso.

Esta formação só foi possível graças à bolsa PROSUC/CAPES, investimento público que viabilizou minha permanência no programa e a realização desta pesquisa. Registro também minha gratidão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja história de vida, trajetória pública e defesa da educação representam, para mim, uma referência de esperança, superação e compromisso social, especialmente no fortalecimento das políticas públicas de acesso e permanência na pós-graduação *stricto sensu*.

Aos colaboradores da pesquisa, que confiaram suas histórias, memórias e afetos a este estudo. Sem vocês, esta dissertação não existiria. A todas as pessoas que me ajudaram a alcançar o público da pesquisa, minha sincera gratidão.

Aos meus amigos de luz, a todos os santos, caboclos e orixás, essa reunião de defensores do bem, da vida, do amor, da paz, da caridade e da fraternidade, que caminham comigo na defesa de uma educação inclusiva, equitativa e livre de racismo, violência e discriminação. Que possamos seguir acreditando que todos têm direito de estudar, que todos possuem capacidades e que as desigualdades sociais e os determinantes sociais da saúde precisam ser enfrentados com responsabilidade, ética e compromisso coletivo.

Finalizo com fé, esperança e compromisso social, porque a vida exige responsabilidade coletiva.

Como nos lembra Clarice Lispector, “*vida é o desejo de continuar vivendo, e viva é aquela coisa que vai morrer. A vida serve é para se morrer dela*”.

Que esta pesquisa – ao refletir sobre família, envelhecimento e finitude –, seja um chamado à consciência de que viver é também aprender a habitar o tempo com mais presença, mais cuidado e mais humanidade.

Axé.

Amém.

Que assim seja.

Àșe.

*“Morrer ainda é aqui  
na vida, no sol, no ar”*

**Não Tenho Medo da Morte**

Banda Larga Cordel (2008)

Gilberto Gil

ROCHA, Jonatas Tourinho. **Os tempos do envelhecimento: A percepção da finitude nas relações familiares intergeracionais**. 81 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2026.

## RESUMO

A presente dissertação é um estudo de campo que adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender como a percepção da finitude influencia as dinâmicas das relações familiares intergeracionais no processo de envelhecimento. A investigação foi realizada na cidade de Salvador/BA com oito participantes, sendo quatro pessoas idosas e quatro familiares adultos, pertencentes a dois grupos socioeconômicos distintos. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados à luz da técnica de análise temática de conteúdo (Bardin, 1977). O estudo se fundamenta em um diálogo interdisciplinar entre Psicologia, Antropologia e Filosofia, discutindo o envelhecer como experiência plural e atravessada por dimensões afetivas, simbólicas e socioculturais. A pesquisa organizou-se em três eixos analíticos: representações do envelhecimento, percepção da finitude e relações intergeracionais. Os resultados indicaram que o envelhecimento é vivenciado de forma ambivalente, articulando maturidade e experiência acumulada com receios relacionados à dependência e à perda de autonomia. Observou-se que as condições socioeconômicas influenciam significativamente a elaboração da velhice e da finitude, especialmente no que se refere às possibilidades concretas de cuidado e manutenção da autonomia. A finitude revelou-se não apenas como evento biológico futuro, mas como presença simbólica que reorganiza prioridades, intensifica vínculos familiares e reforça a transmissão intergeracional de valores. Conclui-se que envelhecimento e morte constituem experiências socialmente situadas e interdependentes, cuja compreensão exige abordagem que integre dimensões biológicas, sociais e existenciais, evidenciando o papel da família como espaço privilegiado de elaboração simbólica da vida e da morte.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento; finitude; relações intergeracionais; família; intergeracionalidade.

ROCHA, Jonatas Tourinho. **The Times of Aging: The Perception of Finitude in Intergenerational Family Relationships**. 81 p. Master's Thesis, Graduate Program in Family in Contemporary Society, Catholic University of Salvador, Salvador, 2026.

### **ABSTRACT**

This dissertation is a field study that adopts a qualitative, exploratory approach, aiming to understand how the perception of finitude influences the dynamics of intergenerational family relationships in the aging process. The research was conducted in the city of Salvador, Bahia, Brazil, with eight participants, including four older adults and four adult family members from two distinct socioeconomic groups. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using thematic content analysis (Bardin, 1977). The study is grounded in an interdisciplinary dialogue between Psychology, Anthropology, and Philosophy, addressing aging as a plural experience shaped by affective, symbolic, and sociocultural dimensions. The research was organized around three analytical axes: representations of aging, perception of finitude, and intergenerational relationships. The findings indicate that aging is experienced ambivalently, combining maturity and accumulated experience with concerns about dependency and loss of autonomy. Socioeconomic conditions were shown to significantly influence how aging and finitude are experienced, particularly regarding access to care and the maintenance of autonomy. Finitude emerged not merely as a future biological event but as a symbolic presence that reorganizes priorities, strengthens family bonds, and reinforces the intergenerational transmission of values. It is concluded that aging and death are socially situated and interdependent experiences whose understanding requires an approach that integrates biological, social, and existential dimensions, highlighting the family as a privileged space for the symbolic elaboration of life and death.

**Keywords:** Aging; finitude; intergenerational relationships; family; life cycle.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos(as) participantes

.....

57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UNIFACS – Universidade Salvador

SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SEMPRE – Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1</b> .....	<b>INTRODUÇÃO</b>
.....	<b>17</b>
<b>2</b> .....	<b>REVISÃO DE</b>
<b>LITERATURA</b> .....	<b>24</b>
2.1 O RELÓGIO DOS AFETOS: A FAMÍLIA E OS VÍNCULOS INTERGERACIONAIS.	25
2.2 A PELE DO TEMPO: ENTRE TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS	
.....	37
2.3 O SILÊNCIO QUE NOS HABITA: A FINITUDE COMO PRESENÇA	
.....	48
<b>3</b> .....	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>
.....	<b>56</b>
3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA	
.....	56
3.2 CONTEXTO DE PESQUISA E PARTICIPANTES	
.....	56
3.3 INSTRUMENTO E MATERIAIS	
.....	58
3.4 ASPECTOS ÉTICOS E PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DOS DADOS	
.....	58
3.5 ANÁLISE DE DADOS	
.....	60
<b>4</b> .....	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>
.....	<b>61</b>
4.1 REPRESENTAÇÕES DO ENVELHECIMENTO	
.....	61
4.2 A FINITUDE COMO EXPERIÊNCIA VIVIDA	
.....	64
4.3 RELAÇÕES INTERGERACIONAIS, CUIDADO E LEGADO	
.....	66
<b>5</b> .....	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>
.....	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>

.....	
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>77</b>
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	77
APÊNDICE B – FORMULÁRIO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	79
APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE .....	80
APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO .....	81

## APRESENTAÇÃO

Escolher um tema de pesquisa nunca foi para mim apenas uma exigência curricular. Acredito que investigar é, antes de tudo, um movimento de escuta interna, uma resposta que o pesquisador oferece às perguntas que o habitam. Esta dissertação nasce desse lugar: da confluência entre minha formação acadêmica, minha trajetória profissional e minhas experiências afetivas mais profundas. Desde a graduação em Psicologia, realizada na Universidade Salvador (UNIFACS), fui sendo mobilizado por temas que ultrapassavam o plano teórico. Entre eles, o envelhecimento, a família, o tempo e a morte, que se tornaram companheiros constantes de reflexão.

Desde a graduação, fui atravessado por encontros formativos com professores que, mais do que transmitir conteúdos, convidaram-me a mergulhar nas complexidades da condição humana. Esses mestres não apenas despertaram meu pensamento crítico, mas também alimentaram minha escuta sensível, lapidando um olhar clínico voltado para os afetos, os silêncios e as narrativas singulares que constituem o sujeito em sua trajetória de vida. Uma dessas figuras foi a professora Ana Maria Garcia, cuja escuta atenta e generosa me levou a ingressar na especialização em Gerontologia, pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Nessa etapa, fui profundamente tocado pelo tema da finitude, que já aparecia com força no meu Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela professora Ana Vilela Brandino. Sempre me perguntei por que a morte, sendo a única certeza da vida, ainda é um tema tão evitado. Cada religião constrói uma explicação, mas qual delas é verdadeira? Será que há alguma? Alguém já voltou para contar? São perguntas que permanecem em aberto, mas que alimentam minha curiosidade existencial e epistemológica.

Posteriormente, cursei uma segunda especialização em Psicopatologia e Curso de Vida, também na UCSAL, com o intuito de aprofundar meu olhar sobre o sofrimento psíquico, os transtornos mentais e os determinantes sociais e econômicos da saúde e da saúde mental. Essa formação me permitiu compreender melhor a complexidade do envelhecer, especialmente nos contextos marcados por vulnerabilidades sociais. Percebi que as formas como as pessoas lidam com a velhice estão intrinsecamente ligadas ao modo como enfrentam a ideia da morte, e isso repercute diretamente nas dinâmicas familiares e intergeracionais.

Minha experiência mais significativa e transformadora tem ocorrido na Faculdade da Maturidade Graça Sena e no Grupo 50+, espaços de convivência intergeracional nos quais atuo junto a pessoas idosas e adultos em processo de envelhecimento. Essa inserção tem

possibilitado uma compreensão ampliada da senescência, não apenas como um fenômeno biológico, mas também como experiência subjetiva, relacional e social. A convivência cotidiana tem impactado minha prática profissional ao fortalecer a escuta qualificada, o respeito aos ritmos individuais e a valorização dos silêncios como expressão legítima de sentido, além de ter promovido reflexões profundas sobre meu próprio modo de estar no mundo enquanto psicólogo e gerontólogo.

Também iniciei uma trajetória afetiva com pessoas idosas por meio do grupo Curicas, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, da qual sou devoto. Fui acolhido como filho e amigo, e sou grato por esse pertencimento que tanto me fortalece. Esse espaço de convivência só foi possível graças à confiança do meu amigo, o padre Marcos Studart, a quem devo imensa gratidão. Cada encontro, cada partilha, cada cuidado oferecido e recebido nesse grupo ecoa nas reflexões que compõem esta pesquisa.

Um dos momentos mais marcantes dessa jornada foi quando assisti a um vídeo do médico geriatra Alexandre Kalache, cuja fala despertou em mim um *insight* poderoso: toda essa caminhada tem raízes afetivas que me conectam diretamente à memória da minha avó paterna, Almerinda Santos Rocha. A ela devo meus primeiros aprendizados sobre cuidado, valores e afeto entre gerações. Sua presença, mesmo após a partida, permanece como força orientadora deste trabalho. Acredito que minha sensibilidade para com os idosos foi cultivada, silenciosamente, nas tardes que passávamos juntos, nos gestos simples e nos conselhos transmitidos com ternura.

O que mais me afeta no processo de envelhecimento é a recusa de algumas pessoas idosas em reconhecer a finitude como parte da existência. Essa negação, embora compreensível, impede que o envelhecer seja vivido com autenticidade. Foi justamente esse incômodo que me motivou a elaborar a pergunta de pesquisa que norteia esta dissertação: de que forma a percepção da finitude influencia a dinâmica das relações intergeracionais no contexto do envelhecimento familiar?

Escolhi essa temática com o desejo de compreender, a partir de uma abordagem qualitativa, como a percepção da finitude influencia a dinâmica das relações familiares intergeracionais no contexto do envelhecimento, buscando apreender os sentidos atribuídos à finitude nas experiências familiares. Acredito que a Psicologia, por sua natureza, permite acessar a subjetividade de maneira ética e sensível, acolhendo os silêncios, os afetos e os conflitos que emergem diante da experiência da morte e do envelhecimento. Pretendo, com

esta pesquisa, contribuir não apenas para a produção de conhecimento científico, mas também para a ampliação de práticas no campo da Psicologia, da Gerontologia, da Geriatria e das Políticas Públicas voltadas ao envelhecimento humano, reconhecendo a necessidade de um cuidado que seja integral, intergeracional e culturalmente situado.

Por fim, é impossível não registrar minha gratidão e reconhecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier. Referência nos estudos sobre família, sua escuta generosa, rigor teórico e sensibilidade contribuíram decisivamente para que esta pesquisa encontrasse seu caminho. Ter sido acolhido por ele no mestrado representou para mim não apenas uma conquista acadêmica, mas também um marco afetivo e ético, que reafirma minha crença no poder transformador das relações humanas.

Desejo que este trabalho possa ecoar em outras trajetórias, provocar reflexões, ampliar sensibilidades e, sobretudo, fortalecer os vínculos que sustentam a vida quando o tempo avança e a finitude se torna mais evidente. Afinal, como aprendi com os meus interlocutores mais velhos, viver bem não é negar a morte, mas aprender a se despedir com dignidade, sentido e amor.

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente em todo o mundo, trazendo consigo desafios únicos para as relações familiares. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico de 2022, a população idosa brasileira, composta por pessoas de 60 anos ou mais, alcançou aproximadamente 32,1 milhões (cerca de 15,6%), representando um aumento de mais de 55% em relação ao censo de 2010. Esse crescimento expressivo reflete a ampliação da expectativa de vida e a redução das taxas de natalidade e mortalidade, configurando um cenário no qual a longevidade é acompanhada por desafios sociais, econômicos e culturais.

Compreender o envelhecimento implica desafios significativos, uma vez que ele é compreendido como o resultado de um processo biopsicossocial. De acordo com Beauvoir (1970/2018, p. 13), a velhice é constituída por dimensões existenciais, psicológicas, biológicas e sociais, sendo que "não é fácil circunscrevê-la". Apesar dessa complexidade, o estudo sobre o envelhecimento tornou-se imprescindível no campo científico, especialmente em função do crescimento da população idosa, definida pelo Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003 (Brasil, 2003) como aquela composta por pessoas com 60 anos ou mais.

O movimento sobre o envelhecimento ativo e saudável foi inicialmente proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no final da década de 1990, sendo amplamente divulgado por Kalache (2008), um de seus principais interlocutores e difusores. Complementando essa visão, Neri (2007) destaca que o envelhecimento ativo e saudável depende de condições como autonomia, acesso a serviços de saúde de qualidade e envolvimento comunitário. Entretanto, como apontam Teixeira (2010) e Ramos (2021), a experiência do envelhecimento também é moldada por desigualdades sociais, que podem limitar as oportunidades de participação e intensificar vulnerabilidades.

Envelhecer significa lidar com as transformações concretas que acompanham essa etapa da vida. No entanto, na sociedade atual, essa experiência muitas vezes é percebida como “uma ameaça à autoestima, à aceitação de si mesmo, tornando os indivíduos mais suscetíveis a sofrimentos emocionais variados e até mesmo a doenças” (Moreira; Nogueira, 2008, p. 65). As mudanças naturais do envelhecimento, que afetam diversas dimensões da existência, têm se tornado um desafio para o indivíduo devido às expectativas impostas por padrões corporais específicos associados a essa fase da vida.

Percebe-se, assim, o surgimento de um “novo perfil de pessoa idosa” (Barros; Castro,

2002, p. 120), aquele que é incentivado a adiar os efeitos do envelhecimento por meio da prática de atividades físicas e cognitivas. Essas ações visam preservar suas capacidades funcionais e, de certo modo, manter aspectos associados à juventude (Barros; Castro, 2002).

No cotidiano, as diferentes plataformas de mídia frequentemente disseminam o termo “melhor idade” para se referir à velhice, sendo importante analisar os valores subjacentes a essa expressão. Em um estudo realizado por Moreira e Nogueira (2008), no qual foram entrevistadas pessoas entre 40 e 60 anos para explorar os significados associados à experiência de envelhecer, foi constatado que o envelhecimento é marcado por uma dualidade. Essa fase da vida envolve aspectos considerados positivos e negativos, sendo que os fatores negativos tendem a se intensificar com o tempo. Isso ocorre devido às tentativas de adiar o "inevitável", associado a uma vivência muitas vezes estigmatizada e marcada por desvalorização e exclusão na sociedade contemporânea. Assim, o envelhecer revela-se como uma experiência profundamente ligada a julgamentos de valor, que podem ser tanto positivos quanto negativos.

A solidariedade intergeracional pode atuar como um elemento chave na transformação de valores específicos, ajudando a desconstruir preconceitos como o ageísmo e promovendo benefícios para a saúde e o bem-estar das pessoas idosas (Antonucci, 2007). Até os anos 1990, os estudos sobre intergeracionalidade concentravam-se majoritariamente na solidariedade e nos conflitos interpessoais, analisando de maneira separada os aspectos positivos ou negativos das relações (Bengtson *et al.*, 2002). Nesse contexto, é fundamental compreender o conceito de ageísmo, que consiste em “preconceito e discriminação contra pessoas ou grupos com base na idade cronológica” (CRP-03, 2021, p. 5). Essa forma de preconceito pode se manifestar em atitudes individuais, práticas institucionais e políticas públicas que negam o valor da velhice e invisibilizam as contribuições das pessoas idosas para a sociedade. A promoção de laços intergeracionais saudáveis, portanto, é um caminho para combater o ageísmo e fortalecer a coesão social entre as gerações.

As conexões entre diferentes gerações, conhecidas como intergeracionalidade, têm sua origem na família, por meio do suporte emocional oferecido entre pais e filhos e entre netos e avós. Conforme a teoria da solidariedade, as relações intergeracionais apresentam variações nos níveis de solidariedade afetiva, caracterizadas por uma cadeia de sentimentos positivos entre pais e filhos. O conceito de intergeracionalidade surgiu a partir da ideia de solidariedade, indicando que os pais tendem a investir mais emocionalmente em suas relações do que os filhos (Bengtson; Kuypers, 1971).

Portanto, as relações intergeracionais podem ser definidas como os laços formados entre pessoas de diferentes faixas etárias, permitindo o compartilhamento de vivências e promovendo a integração na diversidade. Nesse contexto, a afetividade desempenha um papel essencial, pois o nível de vínculo emocional percebido por cada membro da família fortalece as conexões harmoniosas, contribuindo para o bem-estar e a saúde da estrutura familiar (Camarano *et al.*, 2004).

Ademais, as relações familiares intergeracionais desempenham um papel crucial no apoio emocional, material e prático aos idosos. Fornasier (2016) afirma que essas interações são essenciais para fortalecer laços de solidariedade entre gerações, promovendo reciprocidade e suporte mútuo. No entanto, as transformações sociais contemporâneas, como a urbanização e as novas configurações familiares, têm impactado a dinâmica dessas relações, exigindo novas abordagens que respondam às necessidades emergentes.

A perspectiva relacional de Donati (2011) contribui de maneira decisiva para compreender os vínculos intergeracionais. Para o autor, a família não pode ser reduzida a uma soma de indivíduos nem a meras funções jurídicas ou econômicas, mas deve ser entendida como uma realidade social *sui generis*, que se estrutura por meio de relações que geram vínculos próprios, carregados de significados e valores. Como afirma Donati (2011, p. 25), “a família é um sujeito relacional que produz bens relacionais únicos, não redutíveis a outros tipos de instituições sociais”. Nesse sentido, os laços entre avós, pais e netos constituem um campo de interações que ultrapassa a dimensão instrumental e se enraíza na afetividade e na solidariedade simbólica. A análise relacional permite perceber que a transmissão intergeracional de cuidados, afetos e valores não é apenas uma questão de funcionalidade social, mas uma expressão da densidade das relações familiares, que se refazem continuamente no tempo (Donati, 2011).

Outro aspecto fundamental para o entendimento do envelhecimento é a reflexão sobre a finitude da vida. Como afirmam Morin (2000) e Yalom (2008), a consciência da morte é um elemento constitutivo da condição humana e pode atuar como um catalisador para escolhas mais autênticas e significativas. No âmbito das relações familiares, a percepção da finitude pode influenciar a dinâmica entre gerações, moldando os valores transmitidos e a forma como os indivíduos se relacionam.

A educação para a morte aborda a possibilidade de um crescimento pessoal mais completo, conforme descrito por Jung (1971/2000), como o processo de individuação. Trata-

se de um desenvolvimento interno que ocorre ao longo da vida, sendo também uma forma de preparação para o fim da existência.

A morte é uma constante no desenvolvimento humano, estando presente desde a infância e ao longo de todo o ciclo de vida, deixando suas marcas. Muitas perguntas surgem ao longo dessa jornada: De onde viemos e para onde vamos? A morte representa o fim da vida ou apenas uma transição? É o término do corpo físico e a liberação da alma? Existe a possibilidade de novas vidas? A alma é imortal? O espírito se mantém da forma que o conhecemos? Nossa existência é um processo de evolução para cada ser? Alcançaremos a perfeição divina? Como preparar as pessoas para lidar com algo tão presente em nossa existência? Esse desafio se torna ainda mais relevante nas relações intergeracionais.

Não existe uma resposta simples, única, absoluta ou padronizada. O que se oferece é a possibilidade de questionamento e busca por reflexões significativas, algo intrínseco à natureza humana. Mesmo diante de uma sociedade desumanizadora e que busca uniformizar as experiências de vida, o ser humano tem a capacidade de florescer e se desenvolver (Kovács, 2005).

De acordo com Araújo e Vieira (2004), a morte é um fenômeno singular e pessoal, que marca o fim da vida biológica e é uma experiência vivida exclusivamente por aquele que está morrendo. Para esses mesmos autores, o conceito de morrer deve ser entendido como um processo contínuo ao longo da vida, sendo que a morte acontece a cada instante da existência.

Na contemporaneidade, a morte ainda se configura como um grande tabu. Hennezel e Leloup (2012), na obra *A arte de morrer: tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade*, afirmam que, tanto material quanto psiquicamente, foram erguidos muros que separam a cidade dos vivos da cidade dos que partiram. Essa última é acessada apenas em momentos específicos e breves, como em situações de tragédia ou na solenidade do Dia dos Mortos. Segundo os autores, há uma resistência fundamental diante do fato inevitável de que todos estamos em constante processo de passagem (Hennezel; Leloup, 2012, p. 9).

Em complemento a isso, Oliveira, Pacheco e Py (2009) afirmam que, em nossa cultura, a velhice é associada a uma maior fragilidade social e solidão, além de uma transformação física acelerada, que resulta em perdas ou redução das capacidades funcionais. É também o momento em que o indivíduo se dá conta de que há pouco tempo para recuperar

o que foi abandonado ao longo da vida (Oliveira; Pacheco; Py, 2009).

De acordo com Kovács (2005, p. 485), “a humanidade tem se debruçado sobre questões relacionadas à morte e ao morrer por longos períodos, e as respostas oferecidas por religiões, ciências, artes e filosofias não são completas nem universais”. Embora possam proporcionar um senso temporário de totalidade, essas respostas são, na visão da autora, parciais. Kovács (2005, p. 486) também destaca que “a educação para a morte envolve aspectos como comunicação, relacionamentos, perdas, situações extremas e as reviravoltas da vida, incluindo a perda de entes queridos, doenças, acidentes e até mesmo o enfrentamento da própria morte”.

O que não se nomeia permanece fora dos campos do olhar e da escuta, invisibilizado pelas urgências cotidianas e pelas resistências simbólicas ao que é desconfortável. Reconhecer a percepção da finitude como objeto de investigação é lançar luz sobre uma dimensão muitas vezes silenciada nas relações humanas, especialmente na vida familiar. É compreender que o envelhecer, mais do que um fenômeno biológico, constitui-se como experiência subjetiva e relacional, atravessando afetos, expectativas, memórias e transformações intergeracionais.

A presente pesquisa parte da seguinte pergunta de investigação: de que forma a percepção da finitude influencia a dinâmica das relações intergeracionais no contexto do envelhecimento familiar? A partir dessa problematização, estabeleceu-se como objetivo geral compreender como a percepção da finitude influencia a dinâmica das relações familiares intergeracionais no contexto do envelhecimento. Para alcançar tal objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: 1) analisar as percepções da finitude entre membros de diferentes gerações e seu impacto nas dinâmicas familiares; 2) investigar se a consciência da finitude afeta a transmissão de valores e crenças entre gerações no contexto do envelhecimento; 3) entender de que maneira a consciência da finitude contribui para a resignificação das relações familiares e para o fortalecimento de vínculos afetivos; e 4) examinar como valores e crenças relacionados à morte e ao envelhecimento são elaborados e compartilhados entre gerações, bem como suas repercussões nas relações familiares.

Esses objetivos direcionaram o desenvolvimento da pesquisa no intuito de fornecer uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas familiares no processo de envelhecimento, com ênfase na maneira como a finitude é percebida e vivenciada por diferentes gerações. Além disso, pretendeu-se aprofundar a reflexão sobre o impacto da transmissão de valores e crenças no fortalecimento dos laços familiares, especialmente no

contexto do envelhecimento, que muitas vezes suscita questões sobre a continuidade e o significado da vida.

A abordagem adotada foi qualitativa, de caráter exploratório e compreensivo, utilizando como instrumento entrevistas semiestruturadas, cujos discursos foram analisados à luz da análise temática de conteúdo proposta por Bardin (1977). Nesse sentido, a proposta consistiu em apreender os sentidos atribuídos à finitude no interior das relações familiares e compreender como esses sentidos influenciam a convivência entre gerações em um tempo marcado pela longevidade e pelas transformações nos arranjos familiares.

O referencial teórico que sustenta esta pesquisa foi organizado em três eixos temáticos principais, cada um estruturado a partir de uma dimensão conceitual que expressa o campo simbólico correspondente às categorias investigadas. No primeiro eixo, “O Relógio dos Afetos: a família e os vínculos intergeracionais”, discute-se a família como espaço de transmissão, cuidado e pertencimento intergeracional, afetado pelas experiências do envelhecer. No segundo eixo, “A pele do Tempo: entre transformações e resistências”, o foco recai sobre o envelhecimento enquanto processo biopsicossocial e cultural, carregado de ambivalências e marcado por tensões entre autonomia, vulnerabilidade e padrões sociais. Já no terceiro eixo, “O Silêncio que nos Habita: a finitude como presença”, problematiza-se a morte não como fim absoluto, mas como presença simbólica e estruturante da existência, cujos ecos atravessam as relações e convocam a transmissão de sentidos entre gerações. Essa arquitetura teórica visa lançar luz sobre os fundamentos que permitirão uma análise sensível e crítica das repercussões da percepção da finitude nas relações familiares. Desse modo, pretendeu contribuir para a construção de saberes que fortaleçam a escuta, o cuidado e a compreensão das velhices em seus contextos afetivos e sociais.

A relevância desta investigação torna-se ainda mais evidente diante do contexto contemporâneo de envelhecimento populacional acelerado e das transformações que atravessam as configurações familiares. Embora o envelhecimento constitua um dos fenômenos demográficos mais expressivos da atualidade, permanecem relativamente escassos os estudos que exploram, de forma articulada, a percepção da finitude e suas repercussões nas relações familiares intergeracionais. Tal lacuna é particularmente significativa porque a consciência da passagem do tempo, da vulnerabilidade e da morte pode influenciar a forma como valores, crenças, afetos e responsabilidades são compartilhados entre diferentes gerações.

Ao compreender a finitude como dimensão constitutiva da experiência humana e não apenas como evento biológico futuro, esta pesquisa busca ampliar o entendimento sobre os modos pelos quais indivíduos e famílias elaboram os processos de envelhecimento, cuidado, continuidade e transmissão simbólica. Trata-se de reconhecer que a velhice e a morte não são experiências isoladas, mas fenômenos profundamente relacionais, construídos no interior dos vínculos familiares e atravessados por contextos históricos, culturais e socioeconômicos específicos.

Além disso, as mudanças observadas nas formas de organização familiar, associadas ao aumento da longevidade e à convivência simultânea entre múltiplas gerações, tornam necessário refletir sobre os mecanismos de solidariedade, apoio mútuo e construção de sentido que sustentam a vida familiar. Nessa direção, investigar a percepção da finitude permite lançar luz sobre aspectos frequentemente silenciados nas pesquisas sobre envelhecimento, contribuindo para uma compreensão mais ampla das dinâmicas familiares e das formas pelas quais os sujeitos ressignificam seus vínculos diante da consciência da temporalidade da existência.

Assim, este estudo justifica-se por sua relevância científica, social e humana, ao propor uma reflexão sobre um tema ainda pouco explorado no campo dos estudos da família, do envelhecimento e da intergeracionalidade. Ao integrar dimensões psicológicas, sociais, culturais e existenciais, pretende contribuir para a produção de conhecimentos que fortaleçam práticas de cuidado, escuta e acolhimento das diferentes gerações, favorecendo uma compreensão mais sensível das experiências de envelhecer, conviver e atribuir sentido à vida diante da finitude.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A escolha das bases teórico-conceituais que sustentam esta pesquisa foi orientada pelo compromisso com uma leitura sensível, interdisciplinar e crítica sobre os temas que atravessam o envelhecimento, a percepção da finitude e as relações intergeracionais no interior da família. Buscou-se construir um percurso que respeitasse a complexidade dos fenômenos investigados, sem reduzir suas nuances às abordagens estanques ou prescritivas.

A construção da base teórica não se limitou à filiação a uma única corrente de pensamento. Ao contrário, privilegiou-se a leitura atenta a diferentes autores que, mesmo partindo de perspectivas distintas, oferecem contribuições relevantes para a compreensão das experiências subjetivas e relacionais envolvidas no processo de envelhecer e na consciência da finitude. O critério norteador foi a densidade conceitual e a capacidade de iluminar os sentidos que emergem da convivência entre gerações diante da passagem do tempo.

Nesse movimento de aproximação entre vozes diversas, foram considerados pontos de encontro mais do que de oposição. Eventuais contrastes entre os autores foram mantidos quando potencializavam a análise e permitiam tensionar as categorias centrais da investigação. Ao compor esse mosaico reflexivo, tornou-se possível articular pensamento e experiência, teoria e escuta, sem perder de vista o lugar ético e epistemológico do pesquisador que busca compreender os sentidos da vida que envelhece no seio das famílias.

Assim, a fundamentação teórica aqui delineada não se apresenta como um corpo fixo e acabado de conceitos, mas como um campo em constante construção, sustentado pela interlocução entre diferentes tradições do conhecimento. A mobilização de referenciais nacionais e internacionais, clássicos e contemporâneos, traduz o esforço de situar a pesquisa em um horizonte de rigor acadêmico sem perder a abertura à pluralidade interpretativa. Nessa perspectiva, o aporte teórico assume a dupla função de conferir densidade científica à investigação e de oferecer ferramentas críticas para problematizar as narrativas sociais e culturais que atravessam o envelhecimento, a finitude e as dinâmicas intergeracionais.

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica deste estudo utilizou os seguintes descritores: Finitude, Envelhecimento e Família. As fontes consultadas incluíram livros, artigos científicos, teses e dissertações disponíveis em bases de dados reconhecidas, como o

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *PubMed*, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a plataforma da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), entre outras.

## **2.1 O RELÓGIO DOS AFETOS: A FAMÍLIA E OS VÍNCULOS INTERGERACIONAIS**

Neste recorte, procura-se compreender como o envelhecimento atravessa os vínculos familiares, alterando posições, reconfigurando papéis e revelando afetos que amadurecem ou se silenciam com o passar dos anos. Pensar a família à luz do envelhecer é também refletir sobre heranças emocionais, responsabilidades intergeracionais e os modos como a finitude se insinua nas convivências cotidianas.

A família constitui o primeiro e mais duradouro contexto de socialização, sendo responsável pela transmissão de valores, crenças, normas e padrões de comportamento que atravessam gerações. Papalia, Martorell e Feldman (2019) destacam que, ao longo do desenvolvimento humano, os vínculos familiares desempenham papel estruturante na formação da identidade, ao mesmo tempo em que se reconfiguram diante das transformações sociais e culturais. Contudo, pensar a família apenas como ambiente de socialização inicial é insuficiente. Conforme argumenta Donati (2012), a família deve ser compreendida como sistema relacional dinâmico, no qual as interações entre gerações produzem significados compartilhados e sustentam a continuidade social.

A metáfora da família como “relógio dos afetos” permite reconhecer que ela articula diferentes temporalidades da vida em um campo relacional no qual passado, presente e futuro se entrelaçam. Motta (2019) observa que as relações intergeracionais constituem espaço privilegiado de circulação simbólica, no qual memórias, tradições e valores são constantemente reelaborados. Assim, os vínculos entre avós, pais e filhos não apenas garantem apoio material e cuidado, mas também sustentam a transmissão de narrativas familiares que fortalecem o sentimento de pertencimento.

Papalia, Martorell e Feldman (2019) ressaltam que as múltiplas gerações que coexistem nas famílias contemporâneas compartilham experiências que moldam a identidade individual ao longo do ciclo vital. Entretanto, Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020) alertam que tais experiências não são homogêneas, sendo atravessadas por desigualdades sociais, culturais e econômicas que influenciam as formas de interação entre as gerações. Dessa

maneira, os vínculos intergeracionais não podem ser compreendidos apenas como continuidade harmoniosa, mas como campo de negociação simbólica e adaptação constante.

Outro aspecto relevante refere-se à pluralidade das configurações familiares na contemporaneidade. Papalia, Martorell e Feldman (2019) reconhecem que famílias extensas, monoparentais, recompostas ou homoafetivas assumem funções semelhantes no que se refere ao suporte emocional e à construção de identidade. Essa diversidade também é enfatizada por Motta (2019), ao argumentar que as transformações nos arranjos familiares não fragilizam necessariamente os vínculos, mas exigem novas formas de organização do cuidado e da solidariedade intergeracional.

As relações entre gerações são igualmente marcadas por ambivalências. Ao mesmo tempo em que oferecem proteção e pertencimento, podem gerar tensões decorrentes da reconfiguração de papéis ao longo do tempo. Donati (2012) sustenta que a família é espaço de reciprocidade, mas também de conflitos, pois as expectativas entre gerações nem sempre convergem. No contexto do envelhecimento, tais tensões tornam-se mais evidentes, especialmente quando a autonomia do idoso passa a ser negociada com filhos e netos.

O envelhecimento populacional amplia ainda mais a relevância dos vínculos intergeracionais. Papalia, Martorell e Feldman (2019) observam que o prolongamento da vida possibilita a convivência simultânea de múltiplas gerações, intensificando trocas afetivas e responsabilidades compartilhadas. Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020) acrescentam que essa coexistência prolongada redefine os papéis familiares, pois o idoso deixa de ocupar exclusivamente o lugar de memória e pode assumir funções ativas de cuidado, apoio financeiro e participação social, evidenciando a plasticidade das relações familiares.

Em síntese, compreender a família como “relógio dos afetos” implica reconhecer que ela articula tempos subjetivos e históricos, conectando biografias individuais à continuidade coletiva. Conforme assinala Motta (2019), os vínculos intergeracionais são fundamentais para entender como o envelhecimento se inscreve no campo da experiência social. A família, portanto, não é apenas cenário da vida, mas espaço privilegiado de construção de sentido, negociação de papéis e elaboração das transformações que acompanham o ciclo vital.

A perspectiva relacional de Donati (2011) contribui de maneira decisiva para compreender os vínculos intergeracionais. Para o autor, a família não pode ser reduzida a uma soma de indivíduos nem a meras funções jurídicas ou econômicas, mas deve ser entendida como uma realidade social *sui generis*, que se estrutura por meio de relações que geram

vínculos próprios, carregados de significados e valores. Como afirma Donati (2011, p. 25), “a família é um sujeito relacional que produz bens relacionais únicos, não redutíveis a outros tipos de instituições sociais”. Nesse sentido, os laços entre avós, pais e netos constituem um campo de interações que ultrapassa a dimensão instrumental e se enraíza na afetividade e na solidariedade simbólica. A análise relacional permite perceber que a transmissão intergeracional de cuidados, afetos e valores não é apenas uma questão de funcionalidade social, mas uma expressão da densidade das relações familiares, que se refazem continuamente no tempo (Donati, 2011).

As relações intergeracionais constituem um eixo essencial para compreender a família como espaço simbólico, afetivo e socialmente construído. A convivência entre diferentes gerações no interior da família permite a circulação de experiências, saberes e afetos que não apenas conectam o passado ao presente, mas também tensionam e reconfiguram os vínculos familiares. Quando avós, pais e netos compartilham o cotidiano, criam-se oportunidades para a transmissão de histórias, valores e modos de ser que ultrapassam a mera coabitação e constituem verdadeiros processos de subjetivação e pertencimento.

A família é o lugar por excelência das continuidades e descontinuidades, dos legados e das rupturas. É nela que o sujeito experimenta, de forma única, o entrelaçamento de gerações, onde afetos, valores e memórias são transmitidos, transformados ou esquecidos. A intergeracionalidade não é uma mera convivência entre idades diferentes, mas uma experiência de formação mútua e contínua (Moreira; Rabinovich; Silva, 2009, p. 79).

No contexto do envelhecimento populacional, essas relações adquirem novos contornos. A presença prolongada dos membros mais velhos da família exige negociações afetivas e práticas de cuidado que alteram a organização familiar tradicional. Com o avanço da idade, os papéis se transformam: os que antes cuidavam agora são cuidados, e os que foram educados passam a exercer funções de suporte. A inversão ou redistribuição desses papéis implica não apenas reorganizações práticas, mas também profundas transformações nas formas de convivência, muitas vezes marcadas por ambivalências e afetos contraditórios.

A discussão sobre envelhecimento não pode ser dissociada da noção de gerações, uma vez que envelhecer é um processo que se constrói sempre em relação ao outro e em contextos de transmissão. No artigo *A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento*, Motta (2010) destaca que o conceito de gerações não deve ser reduzido apenas a um critério etário, mas deve ser compreendido como uma categoria sociológica que articula tempo histórico, memória coletiva e relações de poder entre grupos etários.

Segundo a autora, “o conceito de gerações é um instrumento heurístico importante para a compreensão do envelhecimento em sociedade” (Motta, 2010, p. 36), na medida em que permite situar os sujeitos dentro de processos de continuidade e mudança. Isso significa reconhecer que as experiências individuais de envelhecer estão sempre atravessadas por transformações sociais mais amplas, que afetam modos de vida, expectativas e papéis sociais.

Ao trazer esse debate para o campo da família, observa-se que as gerações constituem núcleos de identidade e pertencimento, nos quais os vínculos afetivos são entrelaçados às marcas do tempo histórico. Pais, filhos e avós compartilham não apenas laços de sangue ou convivência, mas também pertencem a diferentes gerações sociais, que carregam consigo repertórios culturais, linguagens e formas de compreender a vida. Desse modo, a família torna-se espaço privilegiado para observar como o conceito de gerações se materializa em vínculos intergeracionais.

Motta (2010) ressalta ainda que o conceito de gerações implica lidar com tensões, já que cada geração traz consigo um lugar social e simbólico que pode se chocar com o de outras. No âmbito da velhice, isso se evidencia em disputas de reconhecimento, nas assimetrias de poder entre adultos mais jovens e mais velhos, ou ainda nos conflitos em torno do cuidado. Contudo, é justamente na negociação entre gerações que se produzem novos sentidos para o envelhecer e para o pertencer à família.

O diálogo entre gerações, portanto, não é apenas um encontro entre idades diferentes, mas uma experiência que envolve transmissão de valores, reelaboração de memórias e construção de futuros possíveis. Como observa a autora, “as gerações são portadoras de tradições e, ao mesmo tempo, agentes de mudança” (Motta, 2010, p. 42). Esse paradoxo reflete-se diretamente nas relações familiares: os mais velhos sustentam a continuidade de memórias e afetos, enquanto os mais novos introduzem novidades que desafiam e reconfiguram as práticas familiares.

Ao articular o conceito de gerações à noção de vínculos afetivos, podemos compreender o que aqui chamamos de “relógio dos afetos”. Trata-se de perceber que o tempo familiar não é linear, mas tecido a partir da convivência entre diferentes gerações que compartilham e ressignificam suas experiências. A presença dos avós, por exemplo, não se limita à função de cuidado, mas opera como ponte entre passado e presente, transmitindo histórias e modos de compreender a vida. Por sua vez, filhos e netos oferecem aos mais velhos a possibilidade de permanecer inseridos em um tempo que continua a se transformar.

Em síntese, o artigo de Motta (2010) contribui para pensar que o envelhecimento só pode ser plenamente compreendido quando inscrito na dinâmica intergeracional. Mais do que uma condição individual, envelhecer é um fenômeno que se dá em família, entre gerações e na sociedade. O conceito de gerações, portanto, permite lançar luz sobre como os vínculos intergeracionais se constituem como parte essencial da experiência do envelhecimento e da manutenção dos laços familiares.

Além disso, as relações intergeracionais são atravessadas por fatores como gênero, classe social, localização geográfica e nível de escolaridade, que moldam as expectativas, as oportunidades e os sentidos atribuídos ao envelhecimento, produzindo experiências distintas de envelhecer e de se relacionar entre gerações (Kalache et al., 2023; Motta, 2019). A escuta recíproca entre gerações, a construção de espaços de diálogo e o reconhecimento das experiências dos idosos como fonte legítima de conhecimento e afeto tornam-se elementos centrais na manutenção de vínculos saudáveis. Quando essa escuta é negligenciada, as relações podem se tornar fonte de conflito, isolamento ou invisibilidade, sobretudo para os mais velhos (Rabinovich, 2023; Oliveira; Ramos, 2021).

Rabinovich (2023) destaca que a qualidade dos vínculos intergeracionais não depende apenas da proximidade física, mas da disponibilidade subjetiva para reconhecer o outro em sua singularidade geracional. Isso significa que a presença de diferentes idades na mesma casa ou rede de apoio não garante, por si só, a construção de relações dialógicas. É preciso que haja investimento simbólico, tempo compartilhado e disposição para compreender que cada geração carrega um modo específico de estar no mundo. Assim, compreender as relações intergeracionais é reconhecer que o envelhecimento é um fenômeno relacional, que afeta e é afetado pelos vínculos que o sustentam.

A família, enquanto instituição social, passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas, deixando de ser compreendida apenas sob o modelo nuclear tradicional para dar lugar a uma multiplicidade de arranjos. Essa pluralidade reflete as mudanças nos papéis de gênero, a ampliação da longevidade, os novos modos de parentalidade e a diversidade de formas de constituição familiar. A família contemporânea não é mais definida exclusivamente pelos laços biológicos ou legais, mas também pelos vínculos afetivos, pelos pactos de cuidado e pela construção compartilhada de pertencimento.

No cenário contemporâneo, observa-se um aumento significativo de famílias monoparentais, reconstituídas, multigeracionais e formadas por casais homoafetivos ou por

vínculos de afinidade. Esse panorama revela que os critérios afetivos e de solidariedade adquirem centralidade na definição do que é família. As configurações familiares tornam-se mais dinâmicas, adaptáveis e heterogêneas, exigindo abordagens analíticas que levem em consideração os contextos culturais, sociais e históricos em que estão inseridas.

A compreensão das relações intergeracionais no contexto familiar exige um olhar atento para os processos de solidariedade, de transmissão de valores e de apoio mútuo que se estabelecem entre gerações. Durkheim (2000) já apontava que os laços sociais podem ser compreendidos a partir das formas de solidariedade. Na solidariedade mecânica, típica de sociedades mais tradicionais, a coesão social se dá pela semelhança entre os indivíduos; já na solidariedade orgânica, característica da modernidade, os vínculos se constroem a partir da interdependência entre funções sociais distintas. Esse raciocínio pode ser aplicado às famílias contemporâneas: enquanto nas gerações anteriores a unidade familiar se organizava pela repetição de papéis rígidos e semelhantes, hoje os vínculos se estabelecem pela diversidade de papéis e pela necessidade de cooperação diante de novos desafios, como o envelhecimento prolongado da população.

Bourdieu (1983) afirma que a família constitui um dos principais espaços de reprodução do capital social e cultural. Ao longo da vida, os indivíduos herdaram não apenas bens materiais, mas também disposições simbólicas, valores, percepções e esquemas de ação que influenciam sua forma de estar no mundo. Nesse sentido, a transmissão intergeracional de valores pode ser compreendida como parte do capital cultural acumulado, que atravessa gerações e orienta práticas, escolhas e condutas. Para o autor, “o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais; e no estado institucionalizado” (Bourdieu, 1983, p. 3).

Entre essas formas, destaca-se o capital cultural incorporado, especialmente relevante para a compreensão das dinâmicas familiares intergeracionais, pois refere-se às disposições internalizadas ao longo do processo de socialização. É por meio dessas disposições que valores, crenças e representações acerca da vida, do envelhecimento e da morte são transmitidos e ressignificados no interior das famílias. Assim, as percepções sobre a finitude não se constituem apenas como experiências individuais, mas como construções socialmente mediadas, atravessadas pelas heranças simbólicas e afetivas compartilhadas entre gerações.

No campo da Psicologia, Erikson (1998) propõe que a fase da meia-idade é marcada pelo conflito entre geratividade e estagnação. A geratividade diz respeito ao cuidado com as próximas gerações, à preocupação em transmitir valores e garantir a continuidade da vida. Esse conceito dialoga diretamente com as relações intergeracionais, nas quais os adultos, especialmente na velhice, reafirmam sua identidade e seu papel social por meio do cuidado, da transmissão de saberes e da presença afetiva junto aos descendentes. Bowlby (1989), por sua vez, ao discutir a teoria do apego, destaca que os vínculos afetivos primários constituem a base para a construção da segurança emocional ao longo da vida. Assim, os avós podem desempenhar um papel central como figuras de apego secundárias, oferecendo continuidade e estabilidade emocional em meio às mudanças da vida familiar.

No Brasil, a intergeracionalidade ganha contornos específicos diante do envelhecimento populacional e das desigualdades sociais. O Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) reforça a importância da convivência familiar como direito fundamental, ressaltando que a família, a sociedade e o Estado têm responsabilidade compartilhada na proteção e valorização das pessoas idosas. Políticas públicas voltadas para a promoção da convivência intergeracional, como programas de centros de convivência e iniciativas comunitárias, buscam fortalecer vínculos e prevenir o isolamento. No entanto, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2022 (IBGE, 2023), indicam que a população de 14 anos ou mais dedicava, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, sendo 21,3 horas para as mulheres e 11,7 horas para os homens. Isso significa que as mulheres dedicaram 9,6 horas a mais por semana a essas atividades, evidenciando uma divisão desigual das responsabilidades de cuidado no âmbito familiar. Tal disparidade revela que o aumento dos arranjos familiares ampliados ou multigeracionais pode estar associado a situações de sobrecarga, especialmente para as mulheres, que continuam assumindo majoritariamente o trabalho doméstico e de cuidado.

Um estudo recente de Antonucci e Ajrouch (2019) destaca que a qualidade das relações intergeracionais está diretamente associada ao bem-estar físico e psicológico das pessoas idosas. Segundo as autoras, o suporte emocional recebido da família pode reduzir o risco de depressão e solidão, ao passo que a ausência de vínculos significativos aumenta a vulnerabilidade social. Esse dado evidencia que os afetos familiares não são apenas expressão subjetiva, mas recurso concreto de saúde e de longevidade.

O envelhecimento populacional insere-se nesse contexto como fator determinante para a reorganização das funções familiares. Com o aumento da expectativa de vida, é comum que

três ou até quatro gerações convivam simultaneamente, o que implica novas dinâmicas de coabitação, redistribuição de responsabilidades e redefinição dos papéis de cada membro. Camarano *et al.* (2003) observam que o envelhecimento familiar requer estratégias de negociação e cuidado compartilhado, nas quais a presença dos idosos assume centralidade, seja como fonte de apoio emocional e econômico, seja como sujeitos que demandam atenção e proteção.

Essas mudanças impactam diretamente as relações familiares. A presença de idosos nos lares, por exemplo, desafia concepções tradicionais de autonomia e dependência, além de convocar os membros da família a lidar com temas como a fragilidade física, a finitude e a transmissão de legados afetivos e materiais. Em meio a essa complexidade, a família contemporânea se reafirma como espaço privilegiado de trocas simbólicas e afetivas, mas também como território de conflitos e negociações (Oliveira; Ramos, 2021).

Compreender a família no envelhecimento implica, portanto, reconhecer suas formas ampliadas de constituição e os múltiplos sentidos que seus membros atribuem aos vínculos. Mais do que uma estrutura fixa, a família é um processo em constante transformação, no qual o tempo, o afeto e a história compartilham o protagonismo na construção dos laços intergeracionais (Moreira; Rabinovich, 2009).

A família é um dos principais contextos em que os valores são transmitidos entre as gerações. Essa transmissão, muitas vezes silenciosa e cotidiana, ocorre por meio de gestos, atitudes, narrativas e práticas de convivência que vão construindo o repertório simbólico dos sujeitos. No âmbito do envelhecimento, essa dinâmica adquire contornos ainda mais significativos, uma vez que os membros mais velhos da família frequentemente assumem o papel de guardiões da memória, da ética e das referências culturais que atravessam o grupo familiar (Neri, 2007).

Os valores familiares não se impõem de forma homogênea ou hierárquica, mas se constroem em diálogo com os contextos sociais e com as transformações históricas. Cada geração, ao receber determinado legado, reelabora seus sentidos à luz de suas próprias experiências e desafios. É nesse processo que se dá a transmissão simbólica, não como imposição, mas como troca. Valores como respeito, solidariedade, responsabilidade, espiritualidade, humildade ou disciplina são muitas vezes evocados por meio de histórias de vida contadas pelos avós ou pelos mais velhos, marcadas por superações, perdas e ensinamentos.

As interações entre as gerações precisam ser compreendidas para além dos laços biológicos. Elas se constituem em territórios de trocas afetivas, valores, significados e memórias. A convivência intergeracional é fundamental para a transmissão simbólica e para o fortalecimento do pertencimento familiar, sendo atravessada por conflitos, mas também por possibilidades de escuta e reconhecimento mútuo (Fornasier, 2016, p. 123).

A presença da finitude, especialmente no envelhecimento dos membros mais velhos, potencializa essa transmissão simbólica. O envelhecer, nesse sentido, não é apenas uma fase de declínio, mas um momento propício para o compartilhamento de saberes e para a construção de sentidos que ultrapassam o tempo cronológico. Fornasier (2016) aponta que o valor intergeracional reside justamente nessa capacidade de transmitir experiências que ajudam a elaborar o presente e projetar o futuro. É por meio desses legados que a família constrói sua identidade coletiva e estabelece pontes entre diferentes momentos da vida.

Contudo, esse processo não é isento de tensões. Em um mundo cada vez mais marcado pela velocidade, pelo consumo e pela lógica da individualização, a escuta das gerações mais velhas nem sempre encontra espaço ou legitimidade (Bauman, 2007; Morin, 2000). Muitas vezes, os valores transmitidos são vistos como anacrônicos ou desnecessários, o que pode gerar rupturas simbólicas e afetivas. Ainda assim, mesmo quando recusados, esses valores permanecem como referências a partir das quais se constroem novas formas de se relacionar com a vida.

A transmissão intergeracional de valores é, portanto, uma dimensão fundamental da família com recorte no envelhecimento. Trata-se de uma herança que não cabe no testamento, mas que se inscreve nos modos de ser, sentir e viver dos sujeitos que compartilham uma história comum (Fornasier, 2016).

Os afetos no contexto do envelhecimento familiar ocupam um lugar ambíguo e profundamente revelador. Com o passar do tempo, as relações familiares vão sendo atravessadas por transformações que exigem uma resignificação constante dos vínculos afetivos (Rabinovich, 2023). O que antes era presença vigorosa pode tornar-se fragilidade silenciosa; o que era cuidado oferecido pode transformar-se em cuidado requerido. O afeto, nesse cenário, deixa de ser apenas expressão emocional e passa a ser também um dispositivo ético, que sustenta as relações diante das exigências da finitude (Rabinovich, 2023).

A vivência do envelhecimento no seio da família coloca em cena sentimentos muitas vezes contraditórios, como gratidão e exaustão, amor e ressentimento, proximidade e afastamento. Filhos que cuidam de pais idosos, netos que convivem com avós frágeis,

companheiros e companheiras que assistem ao declínio do outro. Todos esses arranjos exigem não apenas disposição prática, mas disponibilidade emocional. Como lembra Rabinovich (2023), o afeto é a argamassa invisível que sustenta os vínculos familiares, mas é também o que mais facilmente se desgasta diante da sobrecarga e da falta de reconhecimento.

Apesar das dificuldades, o envelhecimento também pode ser espaço de produção de afetos mais profundos, mais densos e mais conscientes. O tempo compartilhado em situações de cuidado, escuta e presença pode gerar vínculos ainda mais significativos. Em muitos casos, é nesse período que antigos conflitos encontram a possibilidade de reconciliação, que distâncias emocionais se reduzem e que os laços se fortalecem diante da percepção da finitude. Segundo Neri (2007), a convivência intergeracional em contextos de cuidado pode favorecer a emergência de sentimentos mais compassivos, marcados por empatia, reciprocidade e reconstrução de significados. A consciência do tempo que resta pode ativar um movimento de valorização da convivência e do afeto como formas legítimas de permanência, como propõe Yalom (2008), ao destacar que a finitude pode operar como catalisadora de experiências mais autênticas e significativas nas relações humanas.

O envelhecimento no contexto familiar configura-se, portanto, como uma experiência afetiva complexa. À medida que seus membros avançam no ciclo de vida, a família também se transforma, reorganizando papéis, redefinindo responsabilidades e ressignificando vínculos. Esse processo exige, de todos os envolvidos, a habilidade de lidar com perdas e limitações, mas também a capacidade de reconhecer beleza e sentido nos pequenos gestos cotidianos. Presença, silêncio e permanência tornam-se expressões de um amor que não precisa gritar para existir. Como argumenta Rabinovich (2023), os afetos familiares são tecidos na ambivalência e nas contradições do cotidiano, sendo sustentados tanto por práticas de cuidado quanto por silêncios densos de significado. Nesse contexto, o afeto não se reduz à emoção passageira, mas emerge como um recurso relacional que vincula, suporta e dá sentido à experiência da finitude. Para Bosi (2006), o tempo partilhado com os mais velhos, especialmente no contexto da fragilidade e da proximidade da morte, permite o surgimento de vínculos marcados pela escuta, pela paciência e pelo reconhecimento da alteridade do outro. Assim, o afeto se torna não apenas um elo emocional, mas um gesto ético e histórico de resistência frente à efemeridade da vida.

Compreender a família a partir da perspectiva da infância é uma via fecunda para acessar os significados profundos que atravessam os vínculos afetivos e as relações intergeracionais. Segundo Moreira, Rabinovich e Silva (2009), as crianças tendem a perceber

a família menos como uma estrutura normativa e mais como um espaço de experiências afetivas, cuidado e pertencimento. Mães são descritas como figuras cuidadoras e educadoras; pais e avôs como companheiros de brincadeiras; avós como fontes de acolhimento, agrado e sabedoria – uma valorização clara da dimensão emocional dos vínculos. Para Sarmiento (2005), as narrativas infantis evidenciam que o reconhecimento da família parte da vivência relacional, e não da conformidade com modelos tradicionais. Ao escutar o olhar da criança sobre o envelhecimento dos membros da família, torna-se evidente a centralidade dos mais velhos como transmissores de histórias, afetos e memórias. Isso reforça a noção de que o envelhecimento se inscreve não apenas nos corpos, mas também nas relações simbólicas que moldam a subjetividade das novas gerações. A família extensa, portanto, permanece viva na imaginação e na experiência da infância, mesmo quando a configuração residencial é nuclear, o que demonstra a amplitude dos vínculos intergeracionais para além do convívio físico.

Essa visão infantil da família reforça a centralidade dos afetos na constituição dos laços familiares. A criança não descreve estruturas, mas experiências. Não concebe a família por sua composição formal, mas pelo modo como os vínculos são vividos. Essa abordagem permite deslocar o olhar de modelos normativos para a vivência concreta das relações, revelando que os afetos são o verdadeiro alicerce das conexões intergeracionais. Ao destacar o papel dos avós como figuras relevantes na estrutura emocional das crianças, o estudo de Moreira, Rabinovich e Silva (2009) contribui para compreender como o envelhecimento, mesmo quando vivido por gerações mais velhas, continua a produzir efeitos simbólicos nas gerações mais novas.

Cabe lembrar que, na atualidade, a família extensa tende a se “estreitar”, tornando-se mais verticalizada e menos horizontalizada, em razão da redução da natalidade e do aumento dos divórcios. Famílias monoparentais, por exemplo, podem limitar o vínculo dos filhos com tios ou parentes do cônjuge ausente.

Por outro lado, observa-se também uma tendência contemporânea de valorização da família extensa, mesmo quando a criança reside em uma configuração nuclear. Avós e outros parentes aparecem como referências de cuidado, reforçando a compreensão da família como campo relacional mais amplo que os limites físicos do domicílio (Moreira; Rabinovich; Silva, 2009). Nesse sentido, a presença dos mais velhos nas redes de afeto infantil contribui não apenas para o apoio prático, mas também para a constituição subjetiva da criança e para a transmissão de memórias e valores familiares (Almeida; Passos, 2015).

A inclusão da infância como sujeito de conhecimento sobre a família convida a refletir sobre o modo como os vínculos se formam, se sustentam e se transformam ao longo do tempo. A escuta das crianças revela que o envelhecimento é percebido por elas não como distanciamento, mas como fonte de cuidado e proteção. Isso evidencia a importância de pensar a família com recorte no envelhecimento a partir de uma perspectiva mais ampla, que reconhece a contribuição dos mais velhos na formação emocional e simbólica dos mais jovens (Moreira; Rabinovich; Silva, 2009; Rabinovich, 2023).

A família constitui espaço privilegiado de convivência intergeracional, mas também de tensões e disputas simbólicas. Motta (2019) destaca que as relações entre gerações são atravessadas por jogos de poder que, embora frequentemente naturalizados, estruturam a dinâmica familiar tanto na esfera privada quanto nas dimensões públicas da vida social. Ao contrário de uma visão idealizada da família como espaço exclusivamente afetivo, a autora enfatiza sua complexidade, marcada por ambivalências.

No percurso do ciclo de vida familiar, observa-se uma reorganização contínua da autoridade e das responsabilidades. A chamada “troca da balança de poder” entre gerações ocorre gradualmente, sobretudo quando os filhos adultos passam a assumir decisões relativas aos pais idosos (Motta, 2019). Esse movimento, muitas vezes justificado pelo cuidado, pode implicar processos sutis de controle e redefinição da autonomia dos mais velhos.

A ampliação da longevidade intensificou a convivência simultânea de três, quatro ou até cinco gerações no interior das famílias contemporâneas. Tal configuração amplia tanto as possibilidades de solidariedade quanto os conflitos decorrentes de diferentes *habitus* geracionais, conforme perspectiva bourdieusiana discutida pela autora. Assim, as relações intergeracionais deixam de ser compreendidas apenas como continuidade e passam a ser analisadas também como campo de disputas simbólicas.

Outro aspecto relevante refere-se à chamada “geração pivô”, composta por adultos que cuidam simultaneamente de filhos e pais idosos. Essa posição intermediária evidencia que o envelhecimento não é fenômeno isolado, mas relacional, afetando a organização das responsabilidades familiares (Motta, 2019). O cuidado, nesse contexto, pode assumir contornos de proteção excessiva, restringindo a participação ativa dos idosos. A autora ainda problematiza a construção social da velhice como categoria homogênea, ressaltando sua heterogeneidade marcada por gênero, classe e trajetórias individuais. Tal compreensão é

fundamental para evitar generalizações sobre as experiências do envelhecer no contexto familiar.

Dessa forma, a análise sociológica das relações intergeracionais permite compreender a família como espaço de afetos intensos, mas também de ambivalências e negociações constantes de poder. Essa perspectiva contribui para interpretar as narrativas dos participantes desta pesquisa não apenas como relatos individuais, mas como expressões de dinâmicas estruturais presentes nas famílias contemporâneas.

Ao lançar um olhar atento sobre a família a partir do envelhecimento, evidencia-se que os vínculos intergeracionais, os afetos partilhados e a transmissão simbólica de valores compõem um tecido relacional marcado pela complexidade e pela permanência. Observa-se que as relações humanas, especialmente no interior das famílias, são sustentadas por uma ética do cuidado que atravessa gerações. A família, em sua pluralidade contemporânea, revela-se como espaço onde o tempo se inscreve nos corpos e nas memórias, onde o cuidado circula em diferentes direções e onde a finitude deixa marcas sutis, mas profundas. Seja pela escuta dos mais velhos, pela experiência dos que envelhecem ou pelo olhar sensível das crianças, compreende-se que a família não é apenas estrutura, mas um campo vivo de afetos, trocas e significações. Encerrar esta seção é, portanto, reafirmar a importância de reconhecer o envelhecimento como processo que não diz respeito apenas ao indivíduo que envelhece, mas que atravessa toda a rede familiar, afetando, mobilizando e transformando os modos de existir em conjunto (Fornasier, 2016).

## **2.2 A PELE DO TEMPO: ENTRE TRANSFORMAÇÕES E RESISTÊNCIAS**

O processo de envelhecimento é marcado por mudanças físicas, cognitivas e psicossociais que refletem a passagem do tempo sobre o corpo e a subjetividade. Papalia, Martorell e Feldman (2019) explicam que essas transformações não ocorrem de maneira uniforme, mas são moduladas por fatores biológicos, ambientais, culturais e relacionais. A metáfora da pele do tempo sugere justamente essa inscrição visível e invisível das marcas do envelhecimento, que se tornam expressões tanto da história individual quanto da trajetória coletiva.

As transformações físicas do envelhecimento incluem alterações graduais na força muscular, na densidade óssea, na elasticidade da pele e na capacidade sensorial. Tais mudanças, descritas por Papalia, Martorell e Feldman (2019), não devem ser entendidas apenas como perdas, mas como parte de um processo natural do desenvolvimento humano. O

modo como cada sujeito interpreta essas transformações depende em grande medida de sua rede de apoio, das condições sociais em que vive e das representações culturais sobre a velhice.

O envelhecimento configura-se como processo complexo e multifacetado, envolvendo dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Conforme apontam Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020), a velhice não pode ser compreendida de forma homogênea, sendo mais adequado falar em “velhices”, dada a pluralidade de experiências que marcam essa etapa do ciclo vital. Os autores distinguem diferentes dimensões da idade – biológica, cronológica, psicológica e social – ressaltando que o envelhecer ultrapassa o simples marcador numérico do tempo vivido. A idade psicológica, por exemplo, relaciona-se à forma como o sujeito percebe a si mesmo em comparação aos outros, enquanto a idade social diz respeito às expectativas culturais associadas a determinadas fases da vida (Moreira; Fornasier; Rabinovich, 2020).

No que concerne às diferenças de gênero, os estudos indicam que homens e mulheres vivenciam o envelhecimento de maneira distinta. As mulheres tendem a demonstrar maior adaptação às mudanças físicas e sociais, enquanto os homens frequentemente associam o envelhecer à perda de produtividade e ao impacto da aposentadoria na identidade (Moreira; Fornasier; Rabinovich, 2020).

As concepções sobre velhice variam entre compreendê-la como processo natural da vida, marcado por aceitação e adaptação, e percebê-la como fase de limitações físicas e dependência. Ao mesmo tempo, emergem narrativas que associam envelhecer à sabedoria, experiência e possibilidade de reflexão sobre o percurso existencial.

Outro elemento recorrente nas falas analisadas pelos autores é a consciência da finitude. A percepção de que a morte constitui horizonte inevitável pode suscitar tanto angústia quanto reorganização de prioridades, evidenciando a dimensão existencial do envelhecimento. Assim, compreender o envelhecimento a partir das perspectivas dos próprios idosos permite ampliar a análise para além de estereótipos sociais, revelando as múltiplas formas pelas quais homens e mulheres atribuem sentido às transformações do tempo vivido.

No campo cognitivo, estudos do desenvolvimento humano indicam que o envelhecimento não implica declínio uniforme das capacidades mentais. Papalia, Martorell e Feldman (2019) apontam que, embora funções como memória de curto prazo e velocidade de processamento possam apresentar redução gradual, outras dimensões permanecem estáveis ou

até se ampliam, como a inteligência cristalizada, o repertório de conhecimentos acumulados e a sabedoria. Essa constatação reforça a necessidade de superar leituras reducionistas da velhice como etapa exclusivamente marcada por perdas. Conforme discutem Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020), o envelhecimento deve ser compreendido em sua complexidade, reconhecendo tanto as transformações biológicas quanto as potencialidades adaptativas que emergem ao longo do ciclo vital.

A compreensão do envelhecimento como processo multifacetado também exige considerar sua dimensão social. Debert (2019) argumenta que, na contemporaneidade, a velhice passou a ser reinterpretada sob o paradigma do envelhecimento ativo, no qual autonomia, participação social e autogestão do corpo são valorizadas. Nesse contexto, muitos idosos buscam manter estilos de vida ativos e engajados, preservando sua autonomia e participação em atividades significativas. No entanto, essa valorização pode coexistir com estigmas sociais que associam a velhice à improdutividade ou fragilidade, produzindo tensão entre ideal normativo e experiência concreta. Entre aceitação e resistência, cada sujeito negocia sua forma singular de viver o tempo, confrontando expectativas sociais e limites corporais.

Outro aspecto central refere-se à plasticidade do desenvolvimento humano. Papalia, Martorell e Feldman (2019) destacam que, mesmo diante das transformações próprias do envelhecimento, há possibilidades de adaptação e reorganização. Essa plasticidade, contudo, não se dá de forma isolada, mas é mediada por contextos relacionais e estruturais. Motta (2019) ressalta que os vínculos familiares e as redes de apoio constituem elementos fundamentais para a manutenção da autonomia e da participação social na velhice. Assim, intervenções sociais, práticas de saúde, participação comunitária e relações intergeracionais funcionam como recursos que permitem aos idosos enfrentar resistências internas e externas, ressignificando as mudanças e assumindo novas formas de protagonismo no interior da família e da sociedade.

Sob essa perspectiva, o envelhecimento não pode ser compreendido como trajetória linear de declínio, mas como processo dinâmico que articula perdas e ganhos, limites e possibilidades. Conforme observa Morin (2000), o tempo humano é sempre experiência de transformação, e é justamente na consciência dessa transformação que o sujeito produz sentido para sua própria existência.

A cognição social é um campo da Psicologia Social que busca compreender os processos pelos quais as pessoas interpretam a si mesmas, aos outros e às interações sociais. Segundo Moreira e Jesuíno (2017), trata-se de um conjunto de processos cognitivos que estruturam a forma como os indivíduos atribuem significados ao comportamento alheio e regulam suas próprias ações no contexto social. Nesse sentido, “a cognição social constitui o estudo da interface entre o pensamento individual e o mundo social” (Moscovici, 2012, p. 37).

Esse enfoque é relevante para o estudo das relações familiares, uma vez que a percepção que cada membro tem de si e dos outros está diretamente ligada a representações sociais que circulam culturalmente e se consolidam nas práticas cotidianas. No âmbito intergeracional, estereótipos sobre juventude e velhice são internalizados e reproduzidos, influenciando a maneira como avós, pais e netos se percebem mutuamente (Fiske; Taylor, 2017). Assim, compreender os processos de cognição social permite iluminar as dinâmicas pelas quais as famílias constroem imagens de cuidado, dependência e autoridade. Deste modo, a cognição social oferece uma lente para compreender como a percepção da finitude e do envelhecimento não se dá apenas em nível individual, mas é mediada por esquemas interpretativos coletivos que sustentam as interações familiares.

Pensar a pele do tempo como metáfora das transformações e resistências significa compreender o envelhecimento como processo dinâmico, situado entre a inevitabilidade biológica e a abertura para novas experiências de vida. Como afirmam Papalia, Martorell e Feldman (2019), a trajetória do desenvolvimento humano envolve perdas e ganhos em todas as fases, sendo a velhice marcada por desafios, mas também por oportunidades de crescimento. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para superar visões reducionistas e para valorizar o idoso como sujeito ativo em sua história.

Ramos (2020) enfatiza que o envelhecimento populacional demanda a inclusão ativa dos mais velhos na sociedade e nas famílias, de modo a promover solidariedade entre gerações. Já Debert e Felix (2020) demonstram como a categorização dos idosos como “grupo de risco” gerou formas de discriminação, ao mesmo tempo em que trouxe à tona dilemas éticos sobre o cuidado.

Além disso, Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020) identificaram que a visão social da velhice influencia negativamente a autoimagem dos idosos, mas também evidenciaram a importância do apoio intergeracional para o enfrentamento das dificuldades. Tais achados dialogam diretamente com os resultados deste estudo, em que a percepção da finitude aparece

tanto como fonte de vulnerabilidade quanto como mobilizadora de novas práticas de cuidado dentro das famílias.

Assim, as relações intergeracionais constituem um importante campo de experiências afetivas, simbólicas e sociais, no qual se articulam cuidado, reciprocidade, pertencimento e transmissão entre gerações. Ao mesmo tempo, essas relações são continuamente atravessadas pelas transformações do curso da vida, exigindo que indivíduos e famílias reelaborem papéis, expectativas e formas de convivência. Nessa perspectiva, refletir sobre o envelhecimento e os vínculos familiares implica também considerar como os sujeitos atribuem sentido à passagem do tempo, às mudanças inerentes à existência e à própria condição de finitude humana (Motta, 2019; Ramos, 2020; Rabinovich, 2023).

Ao refletir sobre as transformações familiares contemporâneas, Donati (2012) destaca que, apesar da pluralidade de arranjos familiares, como a família nuclear, monoparental, reconstituída, homoafetiva, extensa ou multigeracional, a instituição familiar não perde sua relevância social. Pelo contrário, reinventa-se como espaço relacional fundamental. A família nuclear, tradicionalmente composta por pais e filhos, continua a exercer papel estruturante na socialização primária, ainda que hoje coexista com múltiplas configurações que ampliam a compreensão clássica de família.

No que se refere às famílias extensas e multigeracionais, é importante distinguir que a primeira se caracteriza pela inclusão de parentes além do núcleo conjugal e filial, como avós, tios e primos, enquanto a segunda enfatiza a convivência simultânea de três ou mais gerações, frequentemente no mesmo domicílio. Embora essas categorias possam se sobrepor em determinados contextos, não são rigorosamente equivalentes, pois a multigeracionalidade destaca a dimensão temporal da coexistência geracional, ao passo que a família extensa se refere à ampliação da rede de parentesco.

Segundo Donati (2012, p. 63), “as mudanças na forma da família não anulam sua função, mas a reconfiguram como mediadora essencial entre indivíduo e sociedade”. A sociologia relacional evidencia que tais transformações não implicam o desaparecimento da família, mas sua contínua ressignificação diante das pressões econômicas, culturais e políticas. Assim, mesmo em meio às mudanças estruturais e simbólicas, a família preserva sua função de socialização, cuidado e transmissão de valores, ainda que em formas plurais e em constante negociação.

O envelhecimento é um processo contínuo, plural e inevitável, que não se limita à biologia, mas é atravessado por representações culturais, marcadores sociais e experiências subjetivas. Esta seção busca refletir sobre como envelhecer pode ser tanto um território de perdas quanto de reinvenções, desafiando normas sociais, tensionando modelos de vida e revelando formas de resistência à invisibilidade e ao preconceito.

As famílias passaram por profundas transformações ao longo da história, o que impacta diretamente as relações intergeracionais. Ariès (1981) mostrou que a infância, tal como compreendida hoje, é uma invenção relativamente recente, nascida com a família moderna. A centralidade da criança reorganizou os papéis e deu origem a novas sensibilidades, alterando a lógica de convívio entre gerações. Shorter (1995), ao analisar a família contemporânea, argumenta que as mudanças nos padrões de afetividade, sexualidade e gênero desafiaram a rigidez dos modelos tradicionais, tornando os arranjos familiares mais flexíveis e variados.

Sarti (2003), estudando a família brasileira, reforça que a categoria “família” deve ser compreendida não como entidade fixa, mas como espaço de significados em disputa, construído a partir das práticas cotidianas. As transformações familiares também estão relacionadas às mudanças de gênero e classe social.

A obra de Sylviane Agacinski (2012) constitui uma importante crítica à tendência de reduzir a diferença sexual à multiplicidade de performances de gênero. A autora afirma que “a sexualidade não abole o sexo” (Agacinski, 2012, p. 45), enfatizando que a dualidade homem-mulher possui não apenas um fundamento biológico, mas também uma inscrição social e cultural. Sua reflexão contrasta diretamente com a teoria de Butler (2003), que compreende o gênero como performance desvinculada de uma essência natural.

Para Agacinski (2012), a recusa da diferença sexual compromete a possibilidade de compreender a historicidade da subordinação das mulheres, uma vez que tende a obscurecer as bases materiais e simbólicas que sustentaram, ao longo do tempo, as desigualdades de gênero. Ao criticar o que denomina de “culturalismo absoluto” presente em determinadas vertentes da teoria queer, a autora argumenta que a ênfase exclusiva na construção discursiva das identidades pode desconsiderar a materialidade dos corpos sexuados e sua inscrição nas estruturas sociais. Nesse sentido, ela propõe a necessidade de articular corpo, biologia e cultura, reconhecendo que a diferença sexual possui implicações históricas e políticas que não podem ser dissolvidas apenas no plano simbólico.

Essa discussão torna-se central para a análise da família, na medida em que os vínculos de filiação, as práticas de cuidado e a divisão de responsabilidades continuam atravessados por hierarquias de gênero e por expectativas socialmente construídas em torno da diferença sexual. Assim, ao trazer o pensamento de Agacinski busca-se compreender como as transformações culturais em torno do gênero e da sexualidade reconfiguram os arranjos familiares contemporâneos, mas não eliminam a centralidade simbólica e relacional da diferença sexual na organização da vida familiar.

Já Scott (1990) mostra como as relações de poder atravessam a família, revelando que gênero é uma categoria fundamental de análise para compreender as resistências e permanências nas dinâmicas familiares. No caso do envelhecimento, essas questões se evidenciam na feminização da velhice, em que as mulheres idosas enfrentam maiores vulnerabilidades econômicas e sociais, mas também protagonizam redes de cuidado e solidariedade.

Apesar das mudanças, a família continua sendo espaço de resistências culturais. Muitas tradições religiosas, valores morais e crenças ainda orientam a forma como os sujeitos lidam com o envelhecimento, a sexualidade e a morte. Como afirma Pierucci (1998), as religiões desempenham papel central na manutenção de valores familiares, atuando como força de coesão, mas também de restrição. Essa ambiguidade se manifesta nas práticas intergeracionais, em que o respeito à tradição pode conviver com o desejo de inovação e autonomia das novas gerações.

A reflexão de Motta (2004) sobre o envelhecimento e o sentimento do corpo reforça essa compreensão ao destacar que a experiência de envelhecer não se restringe às transformações biológicas, mas envolve um modo singular de sentir-se no próprio corpo. A autora sublinha que a pele, as rugas, a postura e os gestos não são apenas marcas do tempo cronológico, mas registros existenciais, que revelam tanto a passagem dos anos quanto a forma como cada sujeito habita a sua história. O corpo, nesse sentido, é memória viva: nele estão inscritos dores, afetos, lutas e conquistas que constituem a subjetividade do idoso.

Ao abordar o sentimento do corpo, Motta (2004) evidencia que as mudanças trazidas pelo envelhecimento despertam ambivalências. Se, por um lado, o corpo pode ser acolhido como expressão de uma trajetória, por outro, também pode ser vivido como obstáculo ou limite que gera resistências. Essa tensão entre aceitação e negação traduz-se em práticas diversas, que vão desde o cuidado e valorização de si até tentativas de ocultar os sinais do

tempo. Tal perspectiva converge com a noção de “pele do tempo” como espaço de coexistência entre transformações inevitáveis e resistências simbólicas que buscam preservar a integridade do eu.

Além disso, a autora destaca que o corpo envelhecido não se constitui apenas como experiência individual, mas também relacional. O olhar do outro, os estereótipos sociais e as expectativas culturais incidem sobre o modo como o idoso sente e significa seu corpo. A pele do tempo, portanto, não é apenas biográfica, mas também social: nela se entrelaçam marcas pessoais e marcas culturais que podem tanto fragilizar quanto fortalecer o sujeito. Essa dimensão relacional reafirma a necessidade de compreender o envelhecimento como fenômeno que se dá sempre no encontro entre transformações orgânicas, resistências subjetivas e reconhecimentos (ou estigmas) sociais.

Neste contexto, é fundamental considerar que o envelhecimento se realiza em múltiplas dimensões. Ele é vivido no corpo, atravessado por transformações físicas e simbólicas que frequentemente confrontam o sujeito com os limites de sua autonomia. Mas é também vivido na linguagem, nos afetos, nas redes de sociabilidade e nas instituições que regulam o pertencimento social. A velhice, como aponta Guimarães (2007), não é uma preparação para a morte, e sim mais uma etapa da existência humana. O problema, segundo a autora, não é a velhice em si, mas a maneira como ela é socialmente construída: como perda, silêncio e desvalorização. Em sua leitura de Simone de Beauvoir, a autora destaca que a marginalização dos velhos revela o fracasso de nossa civilização em reconhecer o valor de uma vida vivida.

Beauvoir (2018/1970) afirma que o modo como tratamos os velhos denuncia o colapso simbólico das nossas estruturas sociais. Para ela, ignorar a velhice é ignorar a própria condição humana, pois a velhice é uma etapa inevitável e integrante da existência. O problema reside no fato de que, muitas vezes, os idosos são remetidos a uma espécie de morte simbólica, em que sua palavra já não encontra escuta, e seus desejos, lugar. "O sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles" (Beauvoir, 2018/1970, p. 12).

As narrativas de mulheres idosas, analisadas no estudo sobre o sentimento do corpo, reforçam essa perspectiva ao mostrar que o envelhecimento pode ser experienciado como tempo de reconstrução e ressignificação (Silva, 2020). Em vez de se submeterem às

exigências de juventude eterna, muitas dessas mulheres afirmam outras formas de ser e estar no mundo. O corpo, embora atravessado por fragilidades, torna-se território de resistência à medicalização e à imposição do "envelhecimento bem-sucedido" como norma única. Nessa tensão entre transformação e resistência, o envelhecimento se apresenta como tempo de escolha, de escuta e de valorização da experiência acumulada.

No contexto brasileiro, o corpo feminino envelhecido se torna um dos principais campos de disputa simbólica entre autonomia subjetiva e imposição cultural. Como aponta Goldenberg (2011), o corpo da mulher é, desde cedo, socialmente construído como capital estético, sexual e identitário, submetido a normas de beleza, juventude e performance. Ao envelhecer, a mulher é confrontada com a perda simbólica desse capital, passando a ocupar posições sociais de invisibilidade e desvalorização. Isso se torna ainda mais evidente em uma sociedade como a brasileira, marcada por uma “cultura da juventude” que associa envelhecimento à decadência e à perda de valor social. Para muitas mulheres, a velhice representa o rompimento com a autoimagem construída ao longo da vida, o que pode provocar sentimentos de inadequação, fracasso e sofrimento psíquico. No entanto, esse mesmo processo também pode ser atravessado por gestos de resistência e reinvenção: muitas mulheres entrevistadas por Goldenberg (2011) afirmam ter conquistado, com o passar dos anos, maior liberdade, autonomia e capacidade de priorizar seus próprios desejos, mesmo em confronto com os estigmas sociais da idade.

Por outro lado, os atravessamentos de classe, gênero, raça e território evidenciam que não há uma única forma de envelhecer. Como apontam Kalache, Lima, Louvison e Silva (2023) no editorial da Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, as velhices são múltiplas e marcadas por interseccionalidades. Envelhecer em um território periférico, sendo uma mulher negra, por exemplo, implica condições concretas de desigualdade que dificultam o acesso a cuidados, segurança e bem-estar. Nesse sentido, pensar o envelhecimento exige reconhecer os diferentes modos de viver, resistir e pertencer a partir das posições sociais ocupadas.

Esse olhar interseccional permite questionar, inclusive, os discursos homogeneizantes das políticas públicas voltadas à população idosa. A ideia de “envelhecimento ativo e saudável”, embora promissora, pode ser excludente quando desconsidera as limitações impostas pelas desigualdades estruturais. A juventude simbólica, exigida de forma permanente por uma sociedade da performance, exclui corpos dissidentes, pobres ou racializados, ao passo que promove um ideal de velhice normativo e restritivo. Assim, resistir

ao envelhecimento hegemônico implica também reivindicar o direito a outras formas de envelhecer, mais plurais, afetivas e situadas.

Essa disputa simbólica também aparece nas experiências urbanas dos idosos, como mostra Silva (2020) em seu estudo sobre a cultura do medo na cidade. As transformações do espaço urbano e a violência crescente moldam não apenas a mobilidade física, mas também a percepção subjetiva dos sujeitos sobre pertencimento e memória. Idosos tornam-se, nessas narrativas, guardiões da história, não apenas da família, mas da cidade que se desfaz diante dos seus olhos. Reivindicar o direito à cidade e ao tempo vivido é, nesse sentido, um gesto de resistência frente à lógica da exclusão espacial e da obsolescência simbólica.

Goldenberg (2013) introduz o conceito de “bela velhice” para expressar a possibilidade de envelhecer de forma significativa, pautada não na aparência ou no culto à juventude, mas numa relação mais autêntica com o próprio corpo, os afetos e o tempo vivido. Essa “bela velhice” opõe-se à lógica da performance constante e à exigência de produtividade da sociedade contemporânea. Trata-se de uma escolha ética e subjetiva que rompe com o padrão normativo do envelhecimento, baseado na negação da idade e na medicalização do corpo. O discurso dessas mulheres revela que a velhice pode ser vivida como uma etapa de plenitude simbólica, marcada pela sabedoria, pela redução das exigências externas e pelo fortalecimento de vínculos afetivos mais profundos. Essa perspectiva dialoga com a crítica de Beauvoir (2018/1970) à marginalização dos idosos e com os apontamentos de Motta (2012) sobre os riscos da juvenilização simbólica. Em vez de resistir à velhice tentando mimetizar a juventude, a bela velhice reconhece o tempo como aliado da autenticidade. Assim, o corpo deixa de ser mero objeto de vigilância estética e passa a ser valorizado como espaço de memória, experiência e dignidade.

Na sociedade brasileira, a pressão por uma aparência jovem afeta intensamente a forma como as mulheres vivem o envelhecimento. O corpo, que antes era fonte de autoestima, passa a ser visto como defeituoso ou inadequado. Muitas relatam que só puderam se libertar dessas exigências após aceitarem que a beleza não é sinônimo de juventude, mas de autenticidade e bem-estar consigo mesmas (Goldenberg, 2011, p. 82).

Nesse contexto, emerge o conceito de juvenilização simbólica da velhice, discutido por Debert (2004) e Motta (2012). Essa juvenilização representa a tentativa de conciliar as exigências do mundo contemporâneo com o desejo dos idosos de manter autonomia e visibilidade. Ao performar uma "velhice jovem", muitos buscam ocupar espaços sociais antes negados, por meio da participação em projetos culturais, práticas esportivas ou redes de socialização. Contudo, essa reconfiguração não está isenta de conflitos: muitas vezes, reforça

as exigências de produtividade e funcionalidade, marginalizando aqueles que não conseguem ou não desejam corresponder a esses padrões.

A velhice, na sociedade contemporânea, deixou de ser pensada como tempo de recolhimento ou espera da morte. Hoje, cada vez mais, os idosos lutam pelo direito de se manter ativos, visíveis e produtivos, ainda que sob o peso das exigências normativas de um envelhecimento bem-sucedido. Essa tensão entre liberdade e padronização marca profundamente a experiência de envelhecer (Goldenberg, 2011, p. 80).

Kalache (2008) propõe que, frente ao envelhecimento global, é preciso construir um pacto de solidariedade entre gerações, capaz de sustentar políticas públicas inclusivas e culturalmente sensíveis. Para isso, destaca a importância de uma abordagem ao longo do curso da vida, que reconheça o envelhecimento como um processo coletivo e não como responsabilidade individual. Longe de ser uma questão apenas biomédica, o envelhecimento é também político e exige o compromisso ético com a justiça social e a equidade entre os sujeitos.

Nesse percurso, é necessário considerar também os saberes oriundos da infância sobre o envelhecimento. O estudo de Moreira, Rabinovich e Silva (2009), ao analisar os discursos de crianças baianas sobre a família, revela que os avós ocupam lugar central na estrutura afetiva infantil. As crianças associam os mais velhos ao cuidado, à proteção e ao acolhimento, o que indica que o envelhecimento pode ser reconhecido socialmente como tempo de presença e de transmissão simbólica. O olhar infantil legitima o idoso como figura estruturante da memória familiar e da estabilidade afetiva, o que reforça a importância da escuta intergeracional.

Fornasier (2016), por sua vez, propõe que a família contemporânea é atravessada por múltiplas dinâmicas relacionais que precisam ser compreendidas em sua densidade antropológica. O autor ressalta que a relação com os mais velhos deve ser mediada por valores como reciprocidade, gratuidade e solidariedade. Para ele, o envelhecimento no seio da família é uma oportunidade de reforçar vínculos, resgatar sentidos e cultivar a memória como herança ética e afetiva. A convivência intergeracional, nesse sentido, não é apenas um desafio, mas uma possibilidade de reencontro com os fundamentos do cuidado e da dignidade humana.

A perspectiva de Baltes (1987 *apud* Neri, 2006) sobre o desenvolvimento humano, especialmente sua ênfase no paradigma *lifespan*, oferece uma chave teórica potente para pensar o envelhecimento como travessia de possibilidades e não apenas de declínio. Ao propor que o desenvolvimento ocorre ao longo de toda a vida, Baltes rompe com a visão

tradicional da velhice como estágio terminal e sem plasticidade. Segundo Neri (2006), o desenvolvimento é multidimensional, multidirecional e orquestrado por forças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, sendo atravessado por ganhos e perdas simultâneos. A plasticidade do envelhecimento, portanto, não nega a existência de limitações, mas aposta na capacidade adaptativa dos indivíduos, mesmo em fases avançadas da vida. Envelhecer bem, nessa perspectiva, não é manter-se jovem, mas saber realocar recursos, selecionar metas possíveis e otimizar estratégias de enfrentamento. Essa proposta subverte o imaginário coletivo que associa envelhecimento à passividade e destaca a potência da cultura como meio de ampliar o desenvolvimento humano mesmo diante das perdas normativas.

Outro conceito-chave que emerge do trabalho de Baltes é o da sabedoria, compreendida como expressão elevada da inteligência prática e emocional construída ao longo da vida. De acordo com Neri (2006), a sabedoria manifesta-se quando os sujeitos são capazes de integrar conhecimento, emoção, valores e experiência na solução de dilemas existenciais. É na velhice que esse tipo de competência tende a florescer, não por acaso, mas por efeito acumulado da vivência, da reflexão e da capacidade de lidar com a ambiguidade. A teoria da seletividade socioemocional, desenvolvida por Carstensen (1991 *apud* Neri, 2006), a partir dos pressupostos de Baltes, reforça essa ideia ao mostrar que os idosos passam a valorizar mais as relações profundas e afetivamente significativas, priorizando vínculos que tragam sentido. Isso ressoa com a ideia de uma “bela velhice”, já mencionada por Goldenberg (2011), e sustenta o argumento de que a velhice pode ser palco de escolhas mais autênticas, conectadas ao que realmente importa. A sabedoria, nesse sentido, não é atributo de uma elite intelectual, mas possibilidade real para aqueles que conseguem transformar a experiência acumulada em potência ética e afetiva.

Encerrar a travessia da seção “A pele do tempo” com Baltes é reconhecer que o envelhecimento, embora carregado de desafios, pode ser também uma etapa profundamente rica do ponto de vista humano e social. O legado de Baltes e de autores como Neri (2006) nos alerta para a importância de investir em políticas e práticas que reconheçam a heterogeneidade da velhice. Não se trata de idealizar esse momento da vida, mas de compreendê-lo em sua complexidade, como resultado da interação entre biologia, cultura, história de vida e condições sociais. Ao incorporar a ideia de “seleção, otimização e compensação” como estratégias de enfrentamento, a Psicologia do Envelhecimento propõe um modelo de ação que pode ser aplicado tanto por indivíduos quanto por instituições. Envelhecer bem é, portanto, também um projeto coletivo, que exige suporte institucional, respeito à dignidade, acesso à

cultura e valorização da experiência. À luz dessa leitura, a velhice deixa de ser uma preparação para o fim e passa a ser reconhecida como um tempo legítimo de vida, que merece ser vivido com sentido, reconhecimento e voz.

A pele do tempo, portanto, é marcada por rugas e memórias, mas também por escolhas, afetos e resistências. Envelhecer é habitar o tempo de outro modo, é romper com o silêncio imposto e exigir lugar de fala e escuta. Ao longo desta seção, o que se evidencia é que o envelhecimento, longe de ser uma experiência homogênea, é uma travessia plural, profundamente marcada pela cultura, pelas desigualdades e pelas possibilidades de reinvenção subjetiva e coletiva.

### **2.3 O SILÊNCIO QUE NOS HABITA: A FINITUDE COMO PRESENÇA**

O envelhecimento traz consigo a consciência progressiva da finitude, elemento inevitável da condição humana. Papalia, Martorell e Feldman (2019) observam que, na velhice, as pessoas tendem a refletir mais sobre o ciclo da vida, revisitando experiências passadas e avaliando o significado de sua trajetória. Essa reflexão não se reduz a uma antecipação da morte, mas constitui parte do processo de desenvolvimento, em que a finitude se torna presença silenciosa que organiza expectativas e ressignifica vínculos.

Segundo Papalia, Martorell e Feldman (2019), a teoria de Erik Erikson é fundamental para compreender esse estágio do desenvolvimento humano. Na fase final, o sujeito enfrenta o conflito entre integridade e desesperança, em que a aceitação da própria história permite encontrar sentido na vida, enquanto a recusa ou o arrependimento podem gerar sofrimento. O reconhecimento da finitude, portanto, não é apenas uma experiência de perda, mas também uma possibilidade de integração e reconciliação com a própria existência.

Além da perspectiva intergeracional, que enfatiza as relações estabelecidas entre gerações que coexistem no tempo, é pertinente mobilizar o conceito de transgeracionalidade. Desenvolvido a partir das reflexões de Erikson (1998) sobre o ciclo vital, o conceito refere-se à transmissão simbólica de valores, memórias, experiências e significados que atravessam gerações, ultrapassando a convivência direta entre seus membros. A transgeracionalidade compreende o sujeito como inserido em uma cadeia histórica e afetiva mais ampla, na qual heranças psíquicas e culturais são transmitidas, reelaboradas e ressignificadas ao longo do tempo.

A presença da finitude também impacta diretamente os vínculos familiares. Papalia, Martorell e Feldman (2019) apontam que idosos tendem a valorizar ainda mais os laços afetivos, investindo tempo e energia nas relações significativas. Ao mesmo tempo, as famílias são chamadas a lidar com a fragilidade dos mais velhos, o que exige tanto cuidado material quanto suporte emocional. Nesse contexto, o silêncio da finitude não deve ser interpretado como ausência, mas como um espaço simbólico que mobiliza afetos, solidariedade e elaboração conjunta do envelhecer.

Outro aspecto importante destacado por Papalia, Martorell e Feldman (2019) refere-se ao luto antecipatório, vivido tanto pelos próprios idosos quanto por seus familiares. A percepção da finitude pode suscitar medo e ansiedade, mas também estimular uma maior valorização do presente, favorecendo reconciliações e gestos de cuidado. A psicologia do desenvolvimento mostra que o enfrentamento desse silêncio é atravessado por fatores culturais e espirituais, que oferecem diferentes narrativas para dar sentido à morte e ao morrer.

A espiritualidade, aliás, é apontada por Papalia, Martorell e Feldman (2019) como um recurso essencial na velhice. Muitas pessoas recorrem a práticas religiosas ou filosóficas para elaborar a presença da finitude, encontrando nelas suporte emocional e comunitário. O silêncio que habita o envelhecer, nesse sentido, pode ser transformado em espaço de transcendência e de fortalecimento dos vínculos sociais, permitindo que a finitude seja vivida não apenas como ameaça, mas também como oportunidade de sentido.

Assim, considerar a finitude como presença significa reconhecer que ela atravessa silenciosamente as relações familiares e individuais, exigindo elaboração constante. Como ressaltam Papalia, Martorell e Feldman (2019), o desenvolvimento humano é marcado por ganhos e perdas em todas as fases da vida, e a velhice não foge a essa regra. O silêncio que a finitude instaura pode ser vivido como vazio ou como campo fértil de significação, a depender de como o sujeito e sua rede de apoio elaboram a experiência do tempo e da despedida.

A finitude é presença constante, ainda que frequentemente recusada no discurso social e familiar. Nesta seção, o foco está em compreender como a consciência da morte atua como elemento estruturante da existência e das relações intergeracionais. Acolher a finitude como parte da vida permite ressignificar vínculos, dar novos sentidos ao envelhecer e elaborar afetos atravessados pela transitoriedade. A morte, nesse sentido, não deve ser percebida apenas como um evento final, mas como uma presença simbólica que acompanha o humano

em todas as suas fases e relações, sendo parte constitutiva das escolhas, rupturas e heranças transmitidas entre as gerações.

A finitude, quando experienciada no seio familiar, pode ser compreendida sob a ótica da sociologia relacional como uma experiência que reorganiza laços e redefine sentidos. Donati (2011) observa que a família é o lugar privilegiado onde a vida e a morte se apresentam como realidades relacionais, nas quais a perda de um de seus membros mobiliza processos simbólicos, redistribui papéis e convoca novas formas de cuidado e solidariedade. Segundo ele, “a morte de um indivíduo nunca é apenas um evento biológico, mas uma transformação relacional que repercute na rede familiar como um todo” (Donati, 2011, p. 142). Nesse sentido, a experiência da morte não se restringe ao acontecimento em si, mas reverbera nas relações, podendo fortalecer vínculos, gerar reconciliações ou acentuar tensões. A finitude, portanto, revela a potência relacional da vida humana, na medida em que o morrer de um indivíduo afeta e transforma a rede de relações em que estava inserido.

Loureiro (2008), ao refletir a partir do campo da Gerontologia, enfatiza que a morte, embora universal e inevitável, é frequentemente recoberta por um silêncio cultural. Esse silêncio, longe de eliminar sua presença, acaba por intensificá-la, manifestando-se nos gestos, nos rituais e nas relações do cotidiano. A autora recorre às contribuições de Gilbert Durand para destacar que o imaginário organiza diferentes formas de enfrentar a finitude, seja pela via heroica, trágica ou mística. Assim, mesmo quando a morte não é verbalizada, ela se faz presente por meio de símbolos, narrativas e práticas sociais, o que converge com a ideia de que o silêncio que nos habita não é ausência, mas presença carregada de sentidos.

Outro ponto destacado por Loureiro (2008) é a experiência dos cuidadores diante da morte dos idosos. Muitas vezes, esses sujeitos elaboram internamente sentimentos relacionados à finitude que não encontram espaço para serem expressos em palavras. Nesse sentido, o silêncio assume um papel de mediação, transformando-se em cuidado, em gesto ou em expressão afetiva. Esse aspecto contribui para pensar como, no seio das famílias, a percepção da finitude atravessa as relações intergeracionais de forma velada, mas significativa, sustentando práticas de solidariedade e de proximidade entre avós, pais e netos.

Por fim, Loureiro (2008) ressalta que a morte não deve ser reduzida a um tabu ou apenas a um evento final, mas compreendida como elemento organizador da própria vida. Essa leitura dialoga com a proposta desta dissertação ao considerar que o silêncio em torno da finitude não paralisa os vínculos, mas, ao contrário, orienta-os. É justamente a presença

silenciosa da morte que confere densidade às relações familiares, lembrando aos sujeitos a transitoriedade da existência e a necessidade de atribuir valor ao tempo partilhado.

A consciência da morte é uma das marcas distintivas da condição humana. O ser humano, ao mesmo tempo criativo e vulnerável, vive em constante tensão entre a potencialidade da vida e a certeza da finitude. Segundo Kovács (1992, p. 119), o ser humano “vive toda a sua existência com a morte presente em seus sonhos, fantasias”, enquanto tenta contornar essa consciência por meio de mecanismos de defesa que sustentam a ilusão de permanência. Ainda assim, “a presença da morte se impõe silenciosa, exigindo elaboração psíquica para que a existência possa ganhar profundidade e autenticidade” (Kovács, 1992, p. 119-120). Reconhecer a presença da finitude não anula a vida, mas a intensifica, pois convoca o sujeito à autenticidade, ao cuidado de si e ao compromisso com aquilo que realmente importa.

A repressão do pensamento sobre a morte é uma defesa necessária ao humano, pois permite que ele viva em um mundo marcado pela beleza e pelo terror, pela criação e pela destruição. No entanto, ignorar a morte por completo significa empobrecer a experiência de viver, pois é justamente na consciência da finitude que se encontra a possibilidade de conferir sentido à existência (Kovács, 1992, p. 120).

Como destaca a autora, entrelaçamos vida e morte durante todo o processo de desenvolvimento vital. A recusa em admitir a finitude não a elimina, mas demanda grande investimento psíquico para manter a negação ativa. A morte se apresenta em cada escolha, vínculo e perda, revelando-se como presença que orienta e reorganiza. Ressignificar o envelhecer é, portanto, reconhecer que cada obra, gesto ou relação pode ser uma forma de enfrentar simbolicamente a morte, atribuindo sentido ao existir (Kovács, 1992). Não se trata de romantizar a morte, mas de compreendê-la como um horizonte permanente que nos obriga a fazer da vida algo que valha a pena ser vivido.

Na sociedade contemporânea, a liquidez dos vínculos expressa a dificuldade coletiva em aceitar a finitude. Como demonstram Nascimento e Silva (2019), apoiando-se nos estudos de Bauman (2007), a Modernidade Líquida favorece relações frágeis e consumo acelerado, mascarando a transitoriedade com a ilusão de permanência. Nesse contexto, reconhecer a morte como parte da vida torna-se um gesto de resistência ao esvaziamento dos vínculos e à lógica de obsolescência que permeia a vida social. A negação da finitude não apenas nos distancia da nossa própria humanidade, como também fragiliza nossa capacidade de sustentar vínculos duradouros e significativos.

Refletir sobre a morte, ainda que doloroso, pode favorecer processos de reorganização psíquica e amadurecimento. Kovács (1992) afirma que o sofrimento mobiliza transformações profundas, permitindo que, no luto, aspectos estereotipados e inautênticos do ser possam ser abandonados, abrindo espaço para uma forma mais autêntica de viver. Assim, a morte é presença criativa que convoca o sujeito a se reinventar, reorganizando o sentido da existência a partir da experiência da perda (Kovács, 1992). Nesse movimento, morrer simbolicamente em certos aspectos torna-se necessário para que algo novo possa emergir, revelando que a vida é um processo contínuo de renascimentos.

A Psicologia Analítica também compreende a morte como etapa simbólica e transformadora. Para Jung (1971), a morte não é apenas cessação biológica, mas conclusão natural do processo vital. O medo da morte está intimamente ligado ao medo de viver plenamente, e enfrentá-la implica reconciliar-se com a própria existência. Jaffé, Frey-Rohn e Von Franz (1992) acrescentam que o morrer mobiliza uma travessia arquetípica, da persona ao self, configurando a finitude como possibilidade de integração psíquica. Essa leitura simbólica amplia a compreensão da morte para além de seu aspecto fisiológico, colocando-a como processo essencial de individuação e integração do ser.

A finitude humana constitui um dos temas centrais da filosofia e da psicologia existencial. Heidegger (1993) introduz a noção de ser-para-a-morte, enfatizando que a consciência da finitude é o que possibilita a autenticidade da existência. Como escreve o filósofo “a morte é a possibilidade mais própria, irremissível e insuperável. A morte é, em suma, a possibilidade da impossibilidade da existência em geral” (Heidegger, 1993, p. 350).

Essa perspectiva sugere que somente ao confrontar a própria finitude o ser humano pode se apropriar verdadeiramente de sua existência. Morin (2000) reforça que a morte é um dado antropológico fundamental, articulando consciência, horror e crença na imortalidade. A negação da morte na modernidade, segundo Bauman (2007), decorre de uma sociedade orientada pelo consumo, que busca mascarar a fragilidade da vida. A medicalização do morrer, ao transferir a morte para os hospitais, distancia os sujeitos de sua dimensão simbólica e relacional. Nesse cenário, refletir sobre a morte torna-se ato de resistência contra a alienação contemporânea.

A psicologia existencial também contribui para esse debate. Frankl (2022) argumenta que a busca por sentido é essencial para enfrentar o sofrimento e a finitude. Yalom (2008) destaca que a ansiedade diante da morte pode paralisar, mas também despertar a consciência

para uma vida mais plena. Nesse sentido, Kübler-Ross (1996), ao sistematizar as cinco fases do luto, ofereceu uma compreensão prática e humanizada dos processos de enfrentamento da morte, influenciando a tanatologia e os cuidados paliativos.

No campo da saúde, Saunders (1990) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (*World Health Organization – WHO*) (2002) conceituaram os cuidados paliativos como prática que busca aliviar o sofrimento físico, emocional e espiritual, promovendo dignidade no final da vida. Arantes (2016) reforça que falar sobre a morte rompe o silêncio social e possibilita despedidas mais significativas. Para ela, “a morte é uma convocação para uma vida mais autêntica, pois nos obriga a olhar para o que realmente importa” (Arantes, 2016, p. 42).

A dimensão cultural da morte também precisa ser considerada. Diferentes tradições religiosas elaboram narrativas que oferecem conforto e sentido diante da finitude. No Brasil, catolicismo, espiritismo e religiões de matriz africana apresentam compreensões diversas sobre a morte e o pós-morte, mas todas compartilham a função de integrar a finitude à vida coletiva e simbólica (Franco, 2010).

Na prática clínica, Arantes (2016) demonstra que falar da morte rompe com o silêncio imposto pelo medo coletivo. Cuidar de quem morre revela que reconhecer a finitude como parte da vida permite vínculos mais honestos, despedidas profundas e encontros significativos mesmo diante da perda. A escuta compassiva, segundo a autora, transforma a experiência do morrer em espaço de sentido e de profunda humanidade, onde o tempo que resta passa a ser vivido com presença e verdade.

A Tanatologia e os Cuidados paliativos reforçam essa perspectiva ao mostrar que a morte, quando acolhida, pode humanizar tanto os profissionais quanto as famílias. Ferreira e Wanderley (2012) destacam que acompanhar o morrer torna possível ressignificar vínculos e afetos, permitindo que a finitude seja vivida como etapa relacional e não como tabu. A morte, nesse sentido, atravessa gerações e se torna aprendizagem compartilhada. Nessa convivência com a finitude, o sofrimento ganha contorno ético, permitindo que o cuidado se expanda não apenas como técnica, mas como vínculo.

A morte só se torna tolerável quando é integrada à vida. Para que isso ocorra, é necessário nomeá-la, reconhecê-la e atribuir-lhe sentido. A negação cultural da morte nos impede de elaborar as perdas e nos aprisiona em uma existência superficial, onde a finitude é tratada como fracasso ou punição, e não como condição essencial da humanidade (Ferreira; Wanderley, 2012, p. 57).

Morin (2000) compreende a morte como triplo dado antropológico: consciência, horror e crença na imortalidade, que articula a relação entre o indivíduo, a espécie e a cultura.

Segundo Passoni (2010), para Edgar Morin, a morte mobiliza ritos, memórias e crenças coletivas que reforçam a identidade do grupo e ressignificam a pertença. A finitude, portanto, transcende o biológico e adentra o simbólico, sendo espaço de coesão, transmissão e renovação intergeracional. Essa dimensão cultural da morte revela o quanto nossas respostas diante da finitude não são apenas individuais, mas também sociais e civilizatórias.

A dimensão relacional da morte também se expressa nas memórias familiares. Frumi e Celich (2006) ressaltam que o idoso, ao revisitar sua história, acolhe a finitude como parte de sua trajetória, transmitindo valores, crenças e afetos que ultrapassam sua existência biológica. O morrer torna-se continuidade da presença afetiva no grupo familiar, sustentando laços mesmo após a partida. Essa herança simbólica estrutura vínculos intergeracionais e confere à morte um sentido de permanência afetiva no imaginário da família.

A importância da educação para a morte, já defendida por Elisabeth Kübler-Ross, segundo Macedo (2004), consiste em permitir que o morrer seja vivido com cuidado, diálogo e reconciliação. Ao reconhecer a morte como experiência compartilhada, rompe-se com o silêncio social que isola os enlutados e se promove a integração da finitude nas práticas de cuidado. A morte, quando nomeada e elaborada, deixa de ser tabu e passa a ser espaço de encontro e aprendizado, inclusive no seio das relações familiares.

O envelhecimento contemporâneo tem sido marcado por um processo de reinvenção simbólica da velhice. Debert (2019) argumenta que as etapas avançadas da vida deixaram de ser concebidas exclusivamente como declínio, passando a ser representadas como período de atividade, autonomia e realização pessoal. Nessa perspectiva, a emergência da noção de “terceira idade” expressa essa uma mudança paradigmática. Tal categoria cultural redefine o envelhecimento como etapa produtiva e gratificante, desvinculando-o da ideia de inutilidade social e enfatizando práticas de lazer, cuidado corporal e engajamento social (Debert, 2019).

Nesse contexto, o corpo assume centralidade. As concepções auto preservacionistas incentivam estratégias para retardar os sinais do tempo, promovendo a juventude como valor cultural a ser mantido por meio de estilos de vida e consumo específicos. O envelhecer passa, assim, a ser interpretado como responsabilidade individual. Entretanto, esse movimento pode implicar o que Debert (2019) denomina de reprivatização da velhice, deslocando para o sujeito a culpa por não envelhecer conforme os padrões socialmente valorizados. Desconsideram-se, dessa forma, desigualdades estruturais que atravessam as experiências do envelhecimento.

Ao mesmo tempo em que se celebra a velhice ativa, a finitude tende a ser silenciada no discurso público. A morte permanece como dimensão constitutiva da existência, mas frequentemente deslocada para o âmbito privado, pouco tematizada nas relações sociais. Desse modo, compreender a finitude como presença implica reconhecer que, apesar dos discursos de vitalidade e prolongamento da juventude, o envelhecimento continua atravessado por tensões entre negação e aceitação da condição mortal.

Assim, acolher a finitude como presença implica desvelar o silêncio que nos habita, reconhecendo que a consciência da morte é elemento estruturante de nossa existência e de nossas relações intergeracionais. A morte, longe de ser apenas cessação biológica, é convite à autenticidade, pois revela a vulnerabilidade que nos constitui e a transitoriedade que sustenta cada escolha, cada vínculo e cada afeto que tecemos ao longo da vida. Elaborar a finitude permite romper com a negação cultural que nos mantém em estado de ilusão de imortalidade, favorecendo a reorganização psíquica e a construção de sentidos que integram vida e morte como partes de um mesmo processo.

Nesse caminho, a morte se torna presença que nos convoca a viver de modo mais pleno, a amar de modo mais honesto e a cuidar de nossas relações com profundidade, sabendo que a finitude não limita a existência, mas a qualifica, pois cada gesto, palavra e cuidado carregam a beleza do efêmero. O silêncio que nos habita, quando olhado com coragem, torna-se espaço de criação, onde a finitude pulsa não como ausência, mas como força geradora de sentido, lembrando-nos que a vida, em sua brevidade, é também um ato de presença.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

#### **3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA**

Como abordagem metodológica, este estudo adota uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando a análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente. O método de estudo de caso foi escolhido por possibilitar a investigação aprofundada de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. Conforme destaca Yin (2015, p. 18), “o estudo de caso é uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Conforme Gil (2021, p. 35-36), “o estudo de caso é particularmente valioso por suas características essenciais: permite uma análise aprofundada de um fenômeno atual, preserva a integridade do fenômeno ao mantê-lo ligado ao seu contexto e requer a utilização de diversos métodos de coleta de dados”. Essa abordagem é a mais adequada para este trabalho, considerando que o objeto de estudo busca investigar como a percepção da finitude influencia a dinâmica das relações intergeracionais dentro das famílias no contexto do envelhecimento.

Além disso, a entrevista face a face é reconhecida como um instrumento de coleta de dados extremamente eficaz, pois, segundo Oliveira, Guimarães e Ferreira (2023, p. 218), “não exige que os participantes sejam alfabetizados, permite a obtenção de um maior número de respostas, possibilita a análise das expressões corporais e se adapta bem às diversas circunstâncias em que é aplicada”.

### 3.2 CONTEXTO DE PESQUISA E PARTICIPANTES

A pesquisa de campo foi conduzida na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, que possui população estimada em aproximadamente 2,9 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Trata-se de um contexto urbano marcado por expressiva diversidade sociocultural e desigualdade socioeconômica, elementos relevantes para a investigação das relações intergeracionais e da percepção da finitude no envelhecimento.

O estudo contou com a participação de oito pessoas, sendo quatro idosas (com 60 anos ou mais) e quatro filhos(as) adultos(as), um(a) de cada idoso(a) entrevistado(a). O grupo de pessoas idosas contou com dois homens brancos e duas mulheres, uma parda e outra branca. Já o grupo de filhos(as) foi composto por um homem branco e três mulheres, duas pardas e uma branca. A composição do grupo seguiu um recorte comparativo intencional entre dois contextos socioeconômicos distintos: grupo socioeconomicamente favorecido e grupo socioeconomicamente vulnerável. Os dados podem ser observados na Tabela 1. Destaca-se que foram utilizados nomes fictícios visando preservar o sigilo e anonimato dos(as) participantes.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos(as) participantes

Participante	Grupo	Geração	Idade	Raça / Cor	Escolaridade	Profissão	Renda (R\$)	Convivência
Dona Almerinda	Alta renda	Idosa	65	Branca	Pós-graduação	Enfermeira (aposentada)	> 10.000	Semanal
Sebastião	Alta	Filho	38	Branca	Pós-	Advogado /	30.000	Semanal

	renda				graduação	Servidor público		
Seu Carlos Alberto	Alta renda	Idoso	76	Branca	Pós-graduação	Médico / Empresário	> 50.000	Semanal
Bárbara	Alta renda	Filha	46	Parda	Superior completo	Relações Públicas / Servidora pública	12.000	Diária
Dona Maria de Lourdes	Baixa renda	Idosa	63	Parda	Ensino primário	Artesã	700	Diária
Aparecida	Baixa renda	Filha	47	Parda	Ensino médio completo	Autônoma	1.000	Diária
Seu Laurentino	Baixa renda	Idoso	71	Branca	Ensino médio incompleto	Aposentado	2.000	Semanal
Maria Madalena	Baixa renda	Filha	46	Branca	Superior completo	Analista de dados	2.400	Diária

**Fonte:** Rocha (2026).

Os critérios de inclusão para este estudo estabeleceram que os participantes idosos deveriam ter idade igual ou superior a 60 anos, residir em Salvador e possuir ao menos um filho maior de 18 anos, mantendo com este uma convivência intergeracional regular (diária ou semanal). Além disso, exigiu-se a preservação das funções cognitivas para a realização da entrevista e a formalização da participação via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto aos filhos adultos, os critérios incluíram a maioria legal, o vínculo biológico ou adotivo com o idoso participante, a manutenção de convivência regular e a concordância com os termos da pesquisa. Em contrapartida, foram adotados como critérios de exclusão o comprometimento cognitivo que impedisse a compreensão das questões, a ausência de convivência intergeracional ativa no período da coleta e a eventual desistência do participante em qualquer etapa do processo.

A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, considerando a rede de contatos prévia do pesquisador, pautada nos critérios de inclusão previamente estabelecidos e na viabilidade de acesso à população-alvo. O recrutamento ocorreu mediante contato direto, seja por abordagem pessoal ou telefônica, momento em que se procedeu à apresentação dos objetivos da pesquisa, ao esclarecimento de dúvidas e à formalização do convite. Embora o bairro de residência e a condição socioeconômica não tenham configurado critérios de exclusão, tais elementos foram integrados como variáveis contextuais e dimensões analíticas para futuras análises comparativas.

### 3.3 INSTRUMENTO E MATERIAIS

Um roteiro semiestruturado de entrevista foi elaborado especificamente para este estudo considerando a literatura especializada, sendo este organizado em eixos temáticos que contemplaram o significado do envelhecimento, a percepção da finitude, as relações intergeracionais e a transmissão de valores e aprendizados familiares (conforme detalhado no Apêndice B). Como dispositivos mobilizadores de narrativas, as seguintes perguntas disparadoras foram utilizadas:

- “Como você percebe o envelhecimento em sua vida e em sua família?”
- “De que maneira a consciência da finitude influencia suas relações familiares?”
- “Quais valores ou aprendizados você recebeu das gerações anteriores e considera importante transmitir?”
- “Que papel os avós e os mais velhos desempenham nas relações familiares atualmente?”

Tais questões permitiram a livre expressão dos participantes, mantendo, simultaneamente, o alinhamento com os objetivos da pesquisa. Complementarmente, foram integradas informações da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE), utilizadas exclusivamente para a contextualização socioeconômica do território investigado e para a compreensão estrutural das condições sociais do município, sem compor o instrumento de coleta primária.

### **3.4 ASPECTOS ÉTICOS E PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DOS DADOS**

O estudo foi previamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob Parecer Consubstanciado nº 7.999.197, CAAE 93536425.2.0000.5628. Após a aprovação ética, iniciou-se o contato com os participantes, realizado por meio de abordagem direta, pessoalmente ou por telefone, ocasião em que foram apresentados os objetivos da pesquisa, esclarecidas dúvidas e formalizado o convite à participação. Aqueles que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), apresentado em duas vias devidamente assinadas pelo pesquisador e pelo participante, permanecendo uma via com o pesquisador e outra entregue ao participante.

A pesquisa seguiu rigorosamente as diretrizes da Resolução nº 466/2012 (Brasil, 2012) e da Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o respeito à dignidade, autonomia e proteção dos participantes. A participação ocorreu de forma voluntária, livre e autônoma, sendo garantido o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Além disso, foram assegurados o anonimato, a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados coletados para fins acadêmicos.

Considerando a natureza sensível dos temas abordados, especialmente relacionados à finitude e às relações familiares, foi assegurada escuta acolhedora durante as entrevistas. Caso algum participante manifestasse desconforto emocional decorrente da participação na pesquisa, foi oferecida a possibilidade de acolhimento psicológico remoto, realizado por profissional habilitada, conforme Termo de Compromisso de Acolhimento Psicológico (Apêndice D). O atendimento poderia ocorrer por meio de videochamada, sem qualquer ônus ao participante. Caso preferisse, o participante poderia também buscar atendimento psicológico na rede pública ou privada de sua escolha.

Em relação aos procedimentos de produção de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas entre os meses de novembro e dezembro de 2025, conduzidas presencialmente nos domicílios dos participantes em ambientes previamente acordados, de modo a assegurar a privacidade e as condições ideais de privacidade, sigilo e conforto durante as escutas. Com a devida autorização expressa dos participantes, as entrevistas foram gravadas em áudio utilizando gravador digital Sony ICD-UX570 com uma duração média que variou entre 30 e 60 minutos por sessão. Posteriormente, o material foi transcrito na íntegra preservando a literalidade das falas, para posterior análise segundo a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977).

Os dados coletados foram armazenados em serviço de computação em nuvem, protegido por senha de acesso exclusivo do pesquisador, composta por caracteres alfanuméricos e símbolos, garantindo a segurança e a confidencialidade das informações. Salienta-se que os arquivos de áudio e as transcrições permanecerão sob guarda do pesquisador pelo período regulamentar previsto pelas normas éticas vigentes, sendo posteriormente descartados de forma segura. Os resultados da investigação foram compartilhados com a comunidade acadêmica por meio da presente dissertação e poderão ser disponibilizados aos participantes que manifestarem interesse, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido.

### **3.5 ANÁLISE DE DADOS**

Os dados provenientes das entrevistas foram analisados à luz da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), desenvolvida em três etapas: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Inicialmente, realizou-se a leitura flutuante das transcrições, permitindo a familiarização com o corpus. Em seguida, foram identificadas unidades de registro e unidades de contexto, possibilitando a construção de categorias temáticas que emergiram das narrativas dos participantes, articuladas ao referencial teórico apresentado na revisão de literatura.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A condução da análise das entrevistas com base na técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), inicialmente contemplou uma leitura flutuante dos dados, o que permitiu identificar recorrências discursivas relacionadas às representações do envelhecimento, à percepção da finitude da vida e às dinâmicas intergeracionais no interior das famílias

investigadas. Posteriormente, as unidades de registro foram organizadas em categorias temáticas que estruturaram três grandes eixos analíticos deste estudo: 1) representações do envelhecimento; 2) a finitude como experiência vivida; e, 3) relações intergeracionais, cuidado e legado.

Importa destacar que a análise não se orientou pela quantificação de ocorrências, mas pela apreensão dos sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências. Conforme enfatiza Bardin (1977), a interpretação qualitativa deve ultrapassar a dimensão literal do discurso para alcançar seus núcleos estruturantes e significados latentes. Assim, buscou-se compreender não apenas o que foi dito, mas o modo como envelhecimento e morte foram simbolicamente elaborados nas narrativas.

Nesse contexto, envelhecimento e finitude não foram tratados como fenômenos isolados ou etapas cronológicas estanques, mas como dimensões interdependentes da experiência humana, atravessadas por condições socioeconômicas, trajetórias de vida e sistemas de crenças. A análise revelou que tais dimensões produzem rearranjos afetivos, éticos e simbólicos nas relações familiares, influenciando práticas de cuidado, transmissão de valores e percepções de autonomia. Essa abordagem permitiu evidenciar que as experiências de envelhecer e de enfrentar a finitude são socialmente situadas, confirmando que os sentidos atribuídos a esses processos não são universais, mas construídos na interseção entre biografia individual e contexto social. A seguir são apresentados e discutidos os resultados organizados nos eixos analíticos provenientes da análise produzida.

#### **4.1 REPRESENTAÇÕES DO ENVELHECIMENTO**

A análise das narrativas revela que o envelhecimento é percebido como experiência multifacetada, que ultrapassa a dimensão biológica e se inscreve no campo simbólico, relacional e existencial. Os participantes não associam o envelhecimento apenas ao avanço cronológico, mas a um processo de construção identitária contínua, marcado por amadurecimento, reelaboração de valores e redefinição de papéis familiares. Tal compreensão confirma a perspectiva sociológica apresentada por Motta (2019), ao afirmar que o envelhecimento deve ser compreendido como fenômeno socialmente produzido, atravessado por condições materiais, capital cultural e dinâmicas intergeracionais.

Entre os participantes pertencentes ao grupo socioeconomicamente favorecido, observa-se forte valorização da autonomia e da continuidade ativa da vida. Seu Carlos Alberto (76, alta renda) afirma: *“Envelhecer, para mim, é um processo de ganho, de experiência, de tranquilidade e a certeza de que a gente está numa jornada que tem início, meio e fim”*. A fala demonstra integração reflexiva da temporalidade à identidade pessoal, revelando consciência da finitude sem que isso implique desvalorização da etapa atual da vida. Ao reconhecer o envelhecimento como jornada, o participante articula experiência acumulada e aceitação da transitoriedade, aproximando-se da reflexão de Morin (2000), segundo a qual a consciência do tempo e da morte confere profundidade existencial à vida humana.

Sebastião (38, alta renda) reforça essa perspectiva ao declarar: *“Envelhecer é continuar viva, fazendo as coisas que eu gosto de fazer”*. O envelhecimento aparece como continuidade do projeto de vida, não como ruptura. Essa representação dialoga diretamente com a análise de Debert (2019), que discute a reinvenção contemporânea da velhice sob o paradigma do envelhecimento ativo. Segundo a autora, a velhice deixa de ser exclusivamente associada ao declínio e passa a ser concebida como etapa de autogestão, produtividade simbólica e manutenção da autonomia.

Entretanto, essa valorização da autonomia não elimina a presença de tensões. Mesmo entre participantes de maior renda, observa-se preocupação com a possibilidade de perda funcional futura. A autonomia aparece como valor estruturante da identidade, e sua eventual perda é concebida como ameaça simbólica. Esse dado confirma a crítica de Debert (2019), ao alertar que o ideal contemporâneo de envelhecimento ativo pode produzir pressão normativa, deslocando para o indivíduo a responsabilidade por manter-se produtivo e independente.

Nos participantes inseridos em contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica, o envelhecimento também é reconhecido como etapa de amadurecimento, porém a dimensão da fragilidade aparece com maior intensidade. Seu Laurentino (71, baixa renda) associa envelhecer à experiência acumulada, reconhecendo que o tempo modifica percepções e amplia a compreensão da vida. Contudo, essa valorização da experiência é acompanhada de receio quanto às limitações físicas futuras. A preocupação com dependência emerge como elemento central da representação do envelhecimento.

Aparecida (47, baixa renda) explicita essa ambivalência ao afirmar: *“Eu tenho medo de como vai ser quando eu não puder mais fazer o que faço para eles”*. O medo não se dirige à idade cronológica, mas à possibilidade de perda de autonomia e à inversão de papéis

familiares. Essa fala confirma a análise de Motta (2019), que aponta que o envelhecimento implica reconfiguração da balança intergeracional, podendo deslocar o idoso da posição de autoridade para a de dependente. A dependência, nesse contexto, não é apenas condição física, mas transformação identitária.

A comparação entre os grupos evidencia que as condições socioeconômicas influenciam significativamente as representações do envelhecimento. Enquanto no grupo de maior renda predomina narrativa de continuidade ativa e investimento no autocuidado, no grupo vulnerável a preocupação com dependência e fragilidade é mais recorrente. Tal diferença confirma a tese de Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020), ao afirmarem que as velhices são plurais e socialmente situadas. O envelhecimento não é experiência universal homogênea, mas fenômeno atravessado por desigualdades estruturais que moldam expectativas e possibilidades concretas de autonomia.

Observa-se ainda que o envelhecimento é profundamente influenciado pelo olhar do outro. A forma como filhos e familiares reagem ao avanço da idade interfere na autoimagem do idoso. A identidade envelhecida não é construída isoladamente, mas na relação. Donati (2012) concebe a família como rede relacional dinâmica, na qual as identidades são continuamente negociadas. Assim, o envelhecimento é vivido não apenas como experiência individual, mas como processo intersubjetivo, mediado pelo reconhecimento ou pela superproteção familiar.

A análise revela, portanto, que o envelhecimento é representado como experiência ambivalente, na qual coexistem maturidade e vulnerabilidade, continuidade e receio, autonomia e possibilidade de dependência. Essa ambivalência não constitui incoerência, mas expressão da complexidade da condição humana diante do tempo. A velhice, longe de ser compreendida exclusivamente como declínio, emerge como etapa de reelaboração simbólica da própria trajetória, embora atravessada por tensões estruturais e culturais que influenciam sua vivência.

## **4.2 A FINITUDE COMO EXPERIÊNCIA VIVIDA**

A finitude da vida emergiu nas narrativas não apenas como evento futuro circunscrito ao término biológico da existência, mas como horizonte simbólico que organiza afetos, prioridades e modos de relação no interior das famílias. A morte, ainda que socialmente

silenciada em muitos contextos, mostrou-se presente como dimensão estruturante da experiência humana. Conforme sustenta Morin (2000), a consciência da morte constitui um dos elementos antropológicos fundamentais da condição humana, sendo responsável por produzir simultaneamente angústia, profundidade existencial e busca por sentido. Nos discursos analisados, a finitude não aparece como conceito abstrato, mas como experiência elaborada a partir da vivência concreta do tempo, da fragilidade corporal e das relações afetivas.

Entre os participantes de maior renda, observa-se maior tendência à elaboração reflexiva da finitude mediada por crenças espirituais estruturadas. Seu Carlos Alberto (76, alta renda) afirma: *“Para mim, a finitude não é fim, é apenas mudança”*. A escolha lexical indica ressignificação da morte como transição e não como aniquilação. Tal elaboração pode ser compreendida à luz da análise de Kovács (2005), que identifica na espiritualidade importante recurso psíquico de enfrentamento da ansiedade diante da morte. A crença na continuidade da existência reorganiza simbolicamente o medo, deslocando-o do campo da ruptura definitiva para o da transformação.

Sebastião (38, alta renda) reforça essa perspectiva ao declarar: *“Quem ama a vida e respeita a vida, respeita a morte”*. A fala revela integração simbólica entre vida e morte, indicando que a finitude é concebida como parte do ciclo existencial. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva existencial discutida por Morin (2000), ao afirmar que a consciência da morte pode produzir ética da responsabilidade e valorização do presente.

Entretanto, mesmo entre aqueles que afirmam aceitar a morte, emergem indícios de ambivalência afetiva. Aparecida (47, baixa renda) declara: *“Eu sei que é uma passagem, mas eu tenho medo de deixar meus filhos”*. Observa-se dissociação entre aceitação cognitiva e resistência emocional. Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020) ressaltam que a elaboração da finitude é atravessada por intensidade dos vínculos familiares, sendo comum coexistirem aceitação racional e sofrimento antecipatório.

Nos participantes inseridos em contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica, a finitude assume contornos mais pragmáticos. Seu Laurentino (71, baixa renda) afirma: *“Eu aceito com naturalidade, porque não tem para onde correr”*. A morte é reconhecida como inevitabilidade concreta, sem necessariamente recorrer a elaboração teológica estruturada. Essa postura pode ser compreendida como estratégia adaptativa, sobretudo em trajetórias marcadas por experiências de perda e exposição à fragilidade. Motta (2019) destaca que as

condições sociais influenciam a forma como o envelhecimento e a morte são simbolizados, sendo a finitude frequentemente vivenciada de maneira mais concreta em contextos socialmente vulneráveis.

Observa-se ainda que o medo da morte frequentemente se desloca para o medo do processo de morrer. Aparecida (47, baixa renda) afirma: *“Eu não tenho medo da morte em si, tenho medo de ficar dependente”*. A fala revela que a angústia não se dirige necessariamente à inexistência, mas à perda de autonomia e à possibilidade de sofrimento prolongado. Esse dado confirma que a finitude é vivida como ameaça à identidade construída em torno da independência. Debert (2019) argumenta que o paradigma contemporâneo do envelhecimento ativo intensifica a valorização da autonomia, tornando a dependência símbolo de perda de reconhecimento social.

A consciência da finitude também se mostrou capaz de reorganizar o modo como o tempo é vivido. Seu Carlos Alberto (76, alta renda) relata: *“Eu passei a tentar fazer do meu dia de hoje o último. Se fosse hoje o último, o que é que eu faria?”*. A antecipação simbólica da morte produz reorganização ética do presente. Morin (2000) sustenta que é precisamente a consciência da morte que confere densidade à vida, pois torna o tempo finito e, portanto, precioso. Nos relatos, a finitude atua como catalisadora de escolhas mais conscientes e de maior investimento afetivo.

A análise evidencia que a morte não é plenamente assimilada, mas continuamente administrada simbolicamente. Ela é simultaneamente negada e antecipada, aceita e temida, espiritualizada e concretizada. Tal ambivalência confirma que a finitude constitui experiência estruturalmente paradoxal, sendo impossível eliminá-la do horizonte existencial, mas igualmente impossível integrá-la de forma absoluta.

Além disso, a finitude revelou-se elemento relacional. A preocupação com a própria morte está frequentemente associada ao impacto que ela produzirá nos familiares. O medo não é apenas morrer, mas deixar os filhos, interromper vínculos, cessar a convivência. Essa dimensão confirma que a morte é vivida dentro de redes de pertencimento. Donati (2012) afirma que a família constitui sistema relacional no qual as experiências individuais são sempre mediadas pela interdependência afetiva. Assim, a finitude não se apresenta como evento individual isolado, mas como experiência compartilhada simbolicamente.

Dessa forma, a análise demonstra que a finitude atua como horizonte estruturante da experiência familiar. Ela reorganiza prioridades, intensifica afetos e redefine o sentido da

própria trajetória. A morte não aparece apenas como término biológico, mas como presença permanente que confere densidade ética à vida e reorganiza a dinâmica intergeracional.

### 4.3 RELAÇÕES INTERGERACIONAIS, CUIDADO E LEGADO

A análise das narrativas evidencia que a percepção do envelhecimento e da finitude não permanece circunscrita ao plano individual, mas repercute diretamente nas dinâmicas intergeracionais, reorganizando práticas de cuidado, redefinindo papéis familiares e intensificando a transmissão de valores. O envelhecimento, ao tornar visível a fragilidade do corpo e a limitação temporal da existência, reconfigura a experiência relacional no interior da família. Conforme argumenta Donati (2012), a família constitui sistema relacional dinâmico, no qual as identidades individuais são continuamente produzidas e renegociadas nas interações entre gerações.

Entre os participantes de maior renda, observa-se que a consciência da finitude fortalece a presença e o investimento afetivo. Seu Carlos Alberto (76, alta renda) relata que, após experiência de adoecimento, passou a viver o cotidiano com maior intensidade e proximidade dos familiares. Ao afirmar “*Se fosse hoje o último dia, eu faria diferente*”, revela reorganização ética do tempo, orientada para o fortalecimento dos vínculos. Morin (2000) sustenta que a consciência da morte não apenas produz angústia, mas também intensifica o desejo de significação e continuidade. Nos relatos, a proximidade simbólica da morte estimula maior dedicação à convivência familiar.

Sebastião (38, alta renda) destaca a importância de manter diálogo constante com filhos e netos, demonstrando preocupação em transmitir valores éticos e morais. Ao afirmar que busca ensinar respeito, responsabilidade e amor, evidencia que o legado constitui forma de permanência simbólica. Morin (2000) argumenta que o ser humano enfrenta a finitude por meio da produção de continuidade cultural e afetiva. A transmissão de valores intergeracionais aparece, assim, como mecanismo de enfrentamento simbólico da morte, pois permite que a existência se prolongue na memória e nas práticas das gerações seguintes.

Nos participantes em contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica, a dimensão do cuidado assume contornos mais concretos e, por vezes, ambivalentes. Seu Laurentino (71, baixa renda) reconhece a importância do apoio familiar, mas também expressa receio de tornar-se peso para os filhos. A fala indica que o cuidado é simultaneamente valorizado e

temido. Motta (2019) destaca que o envelhecimento pode alterar a balança de poder intergeracional, deslocando o idoso da posição de provedor para a de dependente. Essa inversão simbólica pode produzir sentimento de insegurança identitária.

Aparecida (47, baixa renda) afirma que a consciência da finitude fortalece os laços familiares, pois amplia o respeito pelos mais velhos e reforça a importância da convivência. Ao declarar que a possibilidade de perda intensifica a valorização da presença, evidencia que a morte, embora temida, atua como catalisadora de aproximação. Moreira, Fornasier e Rabinovich (2020) ressaltam que a finitude pode fortalecer vínculos ao evidenciar a transitoriedade da convivência e a necessidade de cuidado recíproco.

Entretanto, o cuidado não se apresenta exclusivamente como expressão harmoniosa de afeto. Em alguns relatos, a preocupação dos filhos com a saúde dos pais aproxima-se de formas sutis de controle. Seu Carlos Alberto (76, alta renda) observa que, após seu adoecimento, os filhos tornaram-se excessivamente atentos às suas atividades. Tal dado confirma que o cuidado pode produzir tensão entre proteção e autonomia. Debert (2019) argumenta que o envelhecimento contemporâneo é marcado pela tensão entre valorização da independência e necessidade crescente de suporte, gerando conflitos simbólicos no interior da família.

A transmissão intergeracional de valores mostrou-se elemento central nas narrativas. Seu Laurentino (71, baixa renda) relembra ensinamentos recebidos da mãe, ressaltando princípios morais que orientaram sua vida adulta. A memória desses ensinamentos evidencia que o legado ultrapassa a presença física e se inscreve na continuidade simbólica da família. Donati (2012) concebe a família como espaço privilegiado de produção de sentido, no qual as experiências são transmitidas, reinterpretadas e ressignificadas pelas gerações seguintes.

A comparação entre os grupos revela que, embora o cuidado esteja presente em ambos os contextos, suas configurações variam conforme condições materiais. No grupo de maior renda, o cuidado aparece frequentemente associado a acompanhamento médico, prevenção e incentivo à autonomia. Já no grupo vulnerável, o cuidado assume contornos mais cotidianos e práticos, envolvendo apoio direto nas atividades diárias. Essa diferença confirma que o envelhecimento e a finitude são vivenciados em contextos estruturais distintos, influenciando as formas de organização familiar.

A análise demonstra que envelhecimento, finitude e intergeracionalidade constituem dimensões inseparáveis. A consciência da morte reorganiza o cuidado, intensifica o afeto e

reforça a transmissão de valores como forma de continuidade simbólica. A família emerge como espaço privilegiado de elaboração da finitude, funcionando simultaneamente como rede de suporte e campo de negociação identitária.

Dessa forma, os resultados indicam que a percepção da finitude influencia diretamente as relações intergeracionais, respondendo ao objetivo central desta pesquisa. O envelhecimento revela-se processo simultaneamente biológico, social e simbólico, cuja experiência é mediada pelas dinâmicas familiares e atravessada por desigualdades estruturais. A morte, longe de ser apenas evento terminal, constitui horizonte existencial que reorganiza o sentido da vida e reafirma a centralidade da família como espaço de cuidado, memória e legado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo geral compreender como pessoas idosas e seus familiares percebem o envelhecimento e a finitude da vida, bem como analisar de que maneira

tais percepções influenciam as relações intergeracionais no contexto familiar. A investigação evidenciou que envelhecimento e morte não constituem apenas eventos biológicos ou etapas cronológicas do ciclo vital, mas experiências profundamente atravessadas por condições socioeconômicas, trajetórias individuais, sistemas de crenças e dinâmicas familiares. Trata-se, portanto, de fenômenos simultaneamente biológicos, sociais e simbólicos, cuja compreensão exige abordagem interdisciplinar.

Sobre as representações do envelhecimento, verificou-se que este é elaborado de forma ambivalente, articulando maturidade, experiência acumulada e reelaboração identitária com receios relacionados à dependência e à perda de autonomia. Os resultados evidenciam que o envelhecimento é vivido de formas múltiplas e socialmente situadas, assumindo significados distintos conforme as trajetórias de vida, os recursos disponíveis e os contextos relacionais dos participantes. Os resultados indicam que participantes inseridos em contextos socioeconômicos mais favorecidos Em contraste, nos contextos de maior vulnerabilidade, a dependência aparece como temor mais recorrente, evidenciando que as possibilidades concretas de envelhecer com dignidade são condicionadas por recursos materiais e redes de suporte.

Quanto à finitude, os dados revelaram que a morte é reconhecida como inevitável, mas elaborada por meio de diferentes dispositivos simbólicos. Observou-se que os participantes mobilizam diferentes estratégias de produção de sentido para lidar com a consciência da morte e com as incertezas associadas ao envelhecimento. Entre essas estratégias, alguns relatos mencionaram crenças e práticas espirituais como recursos importantes para a elaboração da finitude. A crença na continuidade da existência atenua a dimensão ameaçadora da finitude, mas não elimina a ambivalência afetiva associada à ruptura dos vínculos. As narrativas indicam ainda que o temor da morte frequentemente se associa ao medo da dependência, da perda de autonomia e das limitações que podem acompanhar o processo de envelhecimento.

A análise evidenciou ainda que a consciência da finitude atua como elemento reorganizador das relações intergeracionais. O cuidado emerge como expressão de afeto, responsabilidade e reciprocidade, mas também como espaço de negociação simbólica entre proteção e autonomia. Os resultados sugerem que o envelhecimento produz rearranjos nas relações familiares, exigindo constantes negociações de papéis, responsabilidades e formas de cuidado entre as gerações. Ao mesmo tempo, a proximidade simbólica da morte intensifica o

desejo de transmitir valores e deixar legado moral, evidenciando a importância da memória, da transmissão de experiências e da continuidade simbólica nas relações familiares.

Os objetivos específicos foram contemplados, na medida em que foi possível identificar as representações do envelhecimento, analisar as percepções sobre a finitude, examinar os impactos dessas percepções nas relações intergeracionais e comparar diferenças entre grupos socioeconômicos. A pesquisa demonstrou que as condições materiais influenciam significativamente a experiência do envelhecer, especialmente no que concerne ao temor da dependência e às estratégias de enfrentamento da morte.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao articular envelhecimento, finitude e intergeracionalidade em perspectiva integrada, evidenciando que tais dimensões não podem ser analisadas isoladamente. Os achados reforçam a compreensão da velhice como experiência complexa, atravessada por fatores biográficos, familiares e sociais, bem como da finitude como elemento constitutivo da experiência humana. Além disso, destaca a relevância de considerar as desigualdades socioeconômicas como variável central na análise da experiência do envelhecimento. Como limitações, reconhece-se o número reduzido de participantes e a delimitação territorial do estudo. Todavia, tais limitações não comprometem a profundidade interpretativa alcançada, mas apontam caminhos para investigações futuras que ampliem o recorte amostral e incorporem marcadores como gênero, raça e diferentes configurações familiares.

Em síntese, os resultados indicam que envelhecer e morrer não são experiências isoladas no ciclo vital, mas processos que reorganizam sentidos, vínculos e expectativas. A consciência da finitude, longe de se restringir à angústia, pode promover intensificação afetiva, fortalecimento dos laços familiares e reafirmação do legado intergeracional. Reconhecer a finitude como parte constitutiva da existência permite compreender o envelhecimento não apenas como declínio biológico, mas como etapa de densidade simbólica, na qual se reconfiguram identidades, responsabilidades e formas de pertencimento.

Conclui-se, portanto, que envelhecimento e finitude, quando analisados em diálogo com as dinâmicas intergeracionais e as desigualdades sociais, revelam-se fenômenos profundamente interligados. Compreendê-los exige abordagem que integre dimensões biológicas, sociais e existenciais, reconhecendo a família como espaço privilegiado de elaboração simbólica da vida e da morte.

## **REFERÊNCIAS**

AGACINSKI, Sylviane. **Femmes entre sexe et genre**. Paris: Éditions du Seuil, 2012.

ALMEIDA, Renata Cristina Silva de; PASSOS, Maria de Fátima Pereira. Famílias contemporâneas: a intergeracionalidade como potencial de cuidado. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 37–51, 2015. Acesso em: 30 jul. 2024.

ANTONUCCI, Toni C. Social relations: an examination of social networks, social support, and sense of control. *In*: BINSTOCK, Robert H.; GEORGE, Linda K. (orgs.). **Handbook of the psychology of aging**. New York: Academic Press, 2007. p. 427–453.

ANTONUCCI, Toni; AJROUCH, Kristine. Intergenerational relations: theory, research, and policy. **Journal of Marriage and Family**, v. 81, n. 1, p. 9–25, 2019. Acesso em: 26 jul. 2024.

ARANTES, Ana Claudia Quintana. **A morte é um dia que vale a pena viver**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

ARAÚJO, Paula Vanêssa Rodrigues de; VIEIRA, Maria Jésia. A questão da morte e do morrer. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 361–363, maio/jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000300022>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Regina Duarte Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. Terceira idade: o discurso dos experts e a produção do “novo velho”. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, n. 4, p. 113–124, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.4723>. Acesso em: 10 out. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. Trabalho original publicado em 1970.

BENGTSON, Vern; GIARRUSSO, Roseann; MABRY, J. Beth; SILVERSTEIN, Merrill. Solidarity, conflict, and ambivalence: complementary or competing perspectives on intergenerational relationships? **Journal of Marriage and Family**, v. 64, p. 568–576, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2002.00568.x>. Acesso em: 10 out. 2025.

BENGTSON, Vern; KUYPERS, Joseph A. Generational difference and the developmental stake. **International Journal of Aging and Human Development**, v. 2, n. 4, p. 249–260, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.2190/AG.2.4>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, John G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.

BOWLBY, John. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm). Acesso em: 10 jul. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia et al. **Família: redes, laços e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia et al. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. *In*: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 199–229.

CRP-03 – CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 3ª REGIÃO. **Ageísmo: preconceito etário e seus impactos na velhice**. Salvador: CRP-03, 2021. (Cadernos Técnicos do CRP-03, n. 7).

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de redefinição da identidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 137–154, 2004. Acesso em: 10 nov. 2024.

DEBERT, Guita Grin. O corpo e a reinvenção da velhice. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; BRITO, Eliana Sales; FERREIRA, Marilaine Menezes (orgs.). **Envelhecimento & intergeracionalidade: olhares interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2019. p. 21–39.

DEBERT, Guita Grin; FELIX, Jorge. “Grupo de risco”, a metáfora da guerra e os segredos públicos: um diálogo sobre o aumento do preconceito aos idosos durante a pandemia de COVID-19. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; SÁ, Sumaia Midlej Pimentel (orgs.). **Envelhecimento & velhice em tempos de pandemia**. Curitiba: CRV, 2020. p. 55–67.

DONATI, Pierpaolo. **Family policy: a relational approach**. Milano: FrancoAngeli, 2012.

DONATI, Pierpaolo. **Relational sociology: a new paradigm for the social sciences**. London: Routledge, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ERIKSON, Erik. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FERREIRA, Ana Maria Yamaguchi; WANDERLEY, Katia da Silva. Sobre a morte e o morrer: um espaço de reflexão. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. esp. 12, p. 295–307, 2012. Acesso em: 02 dez. 2024.

FISKE, Susan T.; TAYLOR, Shelley E. **Social cognition: from brains to culture**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2017. Acesso em: 02 dez. 2024.

FORNASIER, Rafael Cerqueira. Amor e vínculo conjugal. *In*: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos (org.). **Relações familiares: coleção Estudos sobre Família**. Curitiba: CRV, v. 2, p. 89–109, 2016.

FRANCO, Cândido. **Religião e morte: estudos comparados**. São Paulo: Paulinas, 2010. Acesso em: 25 jul. 2024.

FRANKL, Viktor E. **Sobre o sentido da vida**. Petrópolis: Vozes, 2022.

FRUMI, Cailene; CELICH, Kátia Lilian Sedrez. O olhar do idoso frente ao envelhecimento e à morte. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 3, n. 2, p. 92–100, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5335/rbceh.v3i2.78>. Acesso em: 25 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. Barueri: Atlas, 2021.

GIL, Gilberto. Não tenho medo da morte. *In*: GIL, Gilberto. **Banda larga cordel**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 2008. 1 CD.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Contemporânea**, Salvador, v. 9, n. 2, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12957/contemporanea.2011.2143>. Acesso em: 25 jul. 2024.

GUIMARÃES, Elzimar. Reflexão sobre a velhice. **Revista Estudos**, v. 2, n. 1, p. 11–23, 2007. Acesso em: 25 jul. 2024.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HENNEZEL, Marie de; LELOUP, Jean-Yves. **A arte de morrer: tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade**. 11. ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Acesso em: 02 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE Notícias**, 11 ago, 2023. Acesso em: 02 dez. 2025.

JAFFÉ, Aniela; FREY-ROHN, Liliane; VON FRANZ, Marie-Louise. **A morte à luz da psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1992.

JUNG, Carl Gustav. A alma e a morte. *In*: JUNG, Carl Gustav. **A natureza da psique**. São Paulo: Vozes, 2000.

KALACHE, Alexandre. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 1107–1111, 2008. Acesso em: 28 jul. 2025.

KALACHE, Alexandre; LIMA, Kleber Cavalcanti; LOUVISON, Marília Cristina; SILVA, Valéria de Lima. Envelhecimento, velhices e interseccionalidades. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 26, e230249, 2023. Acesso em: 28 jul. 2025.

KOVÁCS, Maria Julia (org.). **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KOVÁCS, Maria Julia. Educação para a morte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 484–497, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000300012>. Acesso em: 20 nov. 2025.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOUREIRO, Altair Macedo Lahud. A batuta da morte a orquestrar a vida. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 179–196, dez. 2008. Acesso em: 20 nov. 2025.

MACEDO, José Carlos Gomes Mendes. **Elisabeth Kübler-Ross: a necessidade de uma educação para a morte**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação para a Saúde) – Universidade do Minho, Braga, 2004. Acesso em: 15 dez. 2025.

MOREIRA, Antônio; JESUÍNO, Jorge (orgs.). **Cognição social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FORNASIER, Rafael Cerqueira; RABINOVICH, Elaine Pedreira. O envelhecimento na perspectiva de homens e mulheres idosos. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; SÁ, Sumaia Midlej Pimentel (org.). **Envelhecimento & velhice em tempos de pandemia**. Curitiba: CRV, v. 25, p. 117-134, 2020. Acesso em: 15 dez. 2025.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira; SILVA, Célia Nunes. Olhares de crianças baianas sobre família. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 77–85, jan./abr. 2009. Acesso em: 15 dez. 2025.

MOREIRA, Virgínia; NOGUEIRA, Fernanda Nícia Nunes. Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 59–79, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000100009>. Acesso em: 15 dez. 2025.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOTTA, Alda Britto da. Envelhecimento e família: aportes sociológicos. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; BRITO, Eliana Sales; FERREIRA, Marilaine Menezes (orgs.). **Envelhecimento & intergeracionalidade: olhares interdisciplinares**. Curitiba: CRV, 2019. p. 359–375. Acesso em: 18 out. 2025.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 64, p. 35–50, 2010. Acesso em: 18 out. 2025.

MOTTA, Alda Britto da. A juvenilização atual das idades. **Caderno Espaço Feminino**, v. 25, p. 36–42, 2012. Acesso em: 18 out. 2025.

MOTTA, Alda Britto da. Envelhecimento e sentimento do corpo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 23–32, maio/ago. 2004. Acesso em: 18 out. 2025.

NASCIMENTO, Kelly Lima; SILVA, Ana Daniela Moura. A sociedade líquida e o conceito de felicidade em *A arte da vida* de Zygmunt Bauman. **Revista Saberes em Contexto**, v. 9, n. 18, 2019. Acesso em: 18 set. 2025.

NERI, Anita Liberalesso (org.). **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. São Paulo: Alínea, 2007. Acesso em: 18 set. 2025.

NERI, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 23, n. 4, p. 459–467, out./dez. 2006. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVEIRA, J. F. P.; PACHECO, J. L.; PY, L. Morte na velhice. *In*: SANTOS, Franklin Santana (org.). **Cuidados paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer**. São Paulo: Atheneu, 2009. p. 179–191.

OLIVEIRA, Joana América Santos de; RAMOS, Maria Natália Pereira. Conflitos intergeracionais na família e saúde mental dos idosos. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 24, n. 1, p. 213–231, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2021v24i1p213-231>. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210–236, maio/ago. 2023. Acesso em: 18 set. 2025.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019. Acesso em: 28 set. 2024.

PASSONI, Lucas Marques. As concepções de morte em Edgar Morin (1948–1950). *In*: **Anais da ANPUH**. Maringá: UEM, 2010. Acesso em: 18 set. 2025.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Religião e sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Família, vínculo e envelhecimento: sentidos da presença e da ausência. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). **Família e finitude: reflexões sobre as relações intergeracionais**. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 23–40.

RABINOVICH, Elaine. Psicologia, velhice e cuidado intergeracional. *In*: RABINOVICH, Elaine; BASTOS, Ana Cláudia (orgs.). **Clínica da velhice: práticas psicológicas e contextos contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2023. Acesso em: 03 set. 2025.

RAMOS, Maria Natália Pereira. Envelhecimento, família, intergeracionalidade e pandemia COVID-19. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; SÁ, Sumaia Midlej Pimentel (orgs.). **Envelhecimento & velhice em tempos de pandemia**. Curitiba: CRV, 2020. p. 41–53. Acesso em: 03 set. 2025.

RAMOS, Nathália. **Políticas públicas para o envelhecimento ativo**. São Paulo: Cortez, 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361–378, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>. Acesso em: 03 set. 2025.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAUNDERS, Cicely. Hospice and palliative care: an interdisciplinary approach. **American Journal of Nursing**, v. 90, n. 4, p. 26–31, 1990. Acesso em: 30 set. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71–99, 1990. Acesso em: 30 set. 2025.

SHORTER, Edward. **The making of the modern family**. New York: Basic Books, 1995.

TEIXEIRA, Sônia Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, p. 63–77, 2010. Acesso em: 30 out. 2025.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Definition of palliative care**. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: <https://www.who.int/cancer/palliative/definition/en/>. Acesso em: 30 out. 2025.

YALOM, Irvin D. **De frente para o sol: como superar o terror da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa de mestrado intitulada “**OS TEMPOS DO ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DA FINITUDE NAS RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS**”, desenvolvida pelo mestrando Jonatas Tourinho Rocha, da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação do professor Dr. Rafael Cerqueira Fornasier. Esta pesquisa tem como objetivo investigar como a percepção da finitude influencia a dinâmica das relações intergeracionais dentro das famílias no contexto do envelhecimento. O (a) senhor (a) foi convidado (a) para participar deste estudo por ser uma pessoa idosa (com 60 anos ou mais) ou um membro de maior idade da família. A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada, com perguntas relacionadas às experiências vivenciadas em família e, especialmente, à percepção da finitude e suas repercussões nas relações familiares. Cada entrevista terá duração aproximada de 45 a 60 minutos e será realizada presencialmente, em local de preferência do participante, preferencialmente em seu domicílio ou outro ambiente de confiança. A entrevista poderá ser gravada em áudio, caso o (a) senhor (a) autorize, com o objetivo de garantir um registro preciso das informações. As gravações e transcrições das entrevistas serão armazenadas com segurança pelo pesquisador por um período de cinco anos após o término da pesquisa, sendo posteriormente destruídas. A participação é voluntária, e o (a) senhor (a) poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Caso concorde em participar, receberá uma via deste documento para guardar consigo. O (a) senhor (a) terá tempo suficiente para refletir sobre sua decisão e poderá consultar familiares ou pessoas de sua confiança antes de assinar este termo.

#### **DIREITOS E GARANTIAS DO PARTICIPANTE:**

- Caso não se sinta à vontade para responder alguma pergunta, poderá optar por não a responder, sem que isso traga qualquer consequência ou prejuízo.
- As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, garantindo total sigilo e anonimato. Seu nome ou qualquer dado que possa identificá-lo (a) não será divulgado.
- Sua participação não implicará em nenhum custo financeiro. Caso haja necessidade de deslocamento para a realização da entrevista, eventuais despesas serão integralmente arcadas pelo pesquisador, sem qualquer ônus para o (a) participante.
- Não haverá qualquer tipo de pagamento, recompensa ou benefício financeiro pela participação neste estudo.
- O principal risco relacionado à participação é a possibilidade de desconforto emocional ao abordar temas ligados à finitude e ao envelhecimento. Caso isso ocorra, será oferecido suporte

e, se necessário, encaminhamento para acolhimento psicológico gratuito, com a profissional Karla Cilene Santos Sousa (CRP 03/13694), que poderá prestar apoio emergencial ou integral.

- Embora não haja benefícios diretos, a participação poderá contribuir para a reflexão sobre as experiências familiares e para o avanço do conhecimento científico na área da Psicologia e do envelhecimento humano.

Em caso de dúvidas ou para mais informações, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com o pesquisador ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da UCSAL:

**Pesquisador Responsável:**

**Jonatas Tourinho Rocha**

**Telefone:** +55 (71) 9\*\*\*\*-43\*\*

**E-mail:** [jonatas.rocha@ucsal.edu.br](mailto:jonatas.rocha@ucsal.edu.br)

**Instituição:** Universidade Católica do Salvador (UCSAL) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

**Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UCSAL):**

**Endereço:** Av. Professor Pinto de Aguiar, 2589, Pituaçu, Salvador-BA, CEP: 41740-090

**Telefone:** (71) 3206-7830

**E-mail:** [cep@ucsal.br](mailto:cep@ucsal.br)

Caso tenha qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento, sinta-se à vontade para entrar em contato.

Considerando as informações apresentadas e esclarecidas acima, eu,

---

declaro que **aceito, voluntariamente, participar deste estudo**, estando ciente de que posso, a qualquer momento, desistir de minha participação sem que isso resulte em qualquer prejuízo ou penalidade.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

*(Assinatura do(a) Participante da Pesquisa)*

---

*(Assinatura do Pesquisador Mestrando)*

## APÊNDICE B – FORMULÁRIO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**PESQUISA: OS TEMPOS DO ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DA FINITUDE NAS RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS.**

### DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Pseudônimo:				
Idade:	Autodeclaração étnico-racial	Religião/crença espiritual:		
Escolaridade:	Profissão/ocupação	:		
Estado civil:				
Quantos filhos?	Quantos netos?			
Renda aproximada:	Quantas pessoas moram na casa?			
Quem mora na casa?				
Situação da moradia:	( ) Própria ( ) Alugada			
Com quem mora atualmente?				
Tempo de convívio com familiares:				

### PERGUNTAS

1. O que envelhecer significa para você, em sua experiência ou observação?
2. Como você percebe a finitude da vida e de que forma isso influencia sua maneira de viver e se relacionar com os membros da sua família?
3. De que forma a percepção da finitude impacta as relações entre as gerações da sua família, incluindo transmissão de valores, crenças e ensinamentos?
4. Você percebe diferenças na forma como cada geração lida com a finitude? Como essas diferenças influenciam as relações familiares?
5. Na sua experiência, de que maneira a consciência da finitude fortalece ou modifica os vínculos familiares e a forma como os membros mais velhos são tratados?

## APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

**Título do projeto:** Os tempos do envelhecimento: a percepção da finitude nas relações familiares intergeracionais.

**Pesquisador responsável:** Jonatas Tourinho Rocha.

**Instituição:** Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

**Local da coleta de dados:** Residências dos participantes.

Eu, **Jonatas Tourinho Rocha**, pesquisador responsável pelo projeto “Os tempos do envelhecimento: a percepção da finitude nas relações familiares intergeracionais”, comprometo-me a garantir a **privacidade e a confidencialidade** das informações fornecidas pelos participantes da pesquisa.

Os dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente e armazenados com total sigilo. As informações obtidas serão utilizadas **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, sendo empregadas na produção de relatórios, artigos, dissertação e demais publicações relacionadas ao estudo.

A divulgação dos resultados será feita de forma **anônima**, assegurando que nenhuma informação pessoal permita a identificação dos participantes. Todos os arquivos e documentos, incluindo o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, serão armazenados de forma segura pelo pesquisador por um período de **5 anos**. Após esse prazo, os dados serão **excluídos ou destruídos**, conforme acordado com os participantes no momento da assinatura do TCLE.

Este compromisso visa garantir que todos os princípios éticos da pesquisa sejam respeitados, em conformidade com a **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**, e **Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016**, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no Brasil.

Salvador, XX de XXX de 2025.

---

**Dr. Rafael Cerqueira Fornasier**

Orientador da Pesquisa

---

**Jonatas Tourinho Rocha**

Pesquisador

**APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO**


## TERMO DE COMPROMISSO DE ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO

Eu, **Karla Cilene Silva dos Santos**, brasileira, psicóloga, inscrita no CRP sob nº **03/13694**, comprometo-me a oferecer acolhimento psicológico aos participantes da pesquisa intitulada “**OS TEMPOS DO ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DA FINITUDE NAS RELAÇÕES FAMILIARES INTERGERACIONAIS**”, conduzida pelo pesquisador **Jonatas Tourinho Rocha**, mestrando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da **Universidade Católica do Salvador (UCSAL)**.

Caso algum participante experimente desconforto psicológico decorrente da sua participação na pesquisa, será oferecido atendimento psicológico no formato **remoto**, por meio de videochamada via **Google Meet** ou **Zoom**, conforme a escolha e a disponibilidade do participante. O agendamento será ajustado individualmente, garantindo flexibilidade de data e horário.

Salienta-se que **tal acolhimento não implicará em ônus ao participante**.

Salvador/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **KARLA CILENE SILVA DOS SANTOS**  
Data: 13/10/2025 16:00:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Karla Cilene Silva dos Santos**  
Psicóloga Clínica – CRP 03/13694